



INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

TIAGO FELIPE AMBROSINI

**GUIA DE ACESSO *ESTUDE NO IFRS BG*: estratégia de orientação para
melhorar o acesso ao IFRS *campus* Bento Gonçalves**

Porto Alegre

2019

TIAGO FELIPE AMBROSINI

**GUIA DE ACESSO *ESTUDE NO IFRS BG*: estratégia de orientação para
melhorar o acesso ao IFRS *campus* Bento Gonçalves**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clarice Monteiro Escott

Porto Alegre

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A496g

Ambrosini, Tiago Felipe.

Guia de Acesso Estude no IFRS BG: estratégia de orientação para melhorar o acesso ao IFRS *campus* Bento Gonçalves . / Tiago Felipe Ambrosini; orientadora Clarice Monteiro Escott – Porto Alegre: 2019.

128 f.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Porto Alegre, 2019. Orientadora: Prof^a Dr^a. Clarice Monteiro Escott

1. Educação profissional e tecnológica 2. Ensino profissional 3. Ensino técnico. 4. Democratização da educação. 5. Processo seletivo I. Escott, Clarice Monteiro. II. Título

CDU: 377

Bibliotecário responsável: Filipe Xerxeneski da Silveira – CRB-10/1497

TIAGO FELIPE AMBROSINI

**GUIA DE ACESSO *ESTUDE NO IFRS BG*: estratégia de orientação para
melhorar o acesso ao IFRS *campus* Bento Gonçalves**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 17 de julho de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Clarice Monteiro Escott – Orientadora – *IFRS*

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Caminha de Castilhos França – *IFRS*

Prof.^a Dr.^a Patrícia Pinto Wolffenbüttel - *IFSUL*

TIAGO FELIPE AMBROSINI

**GUIA DE ACESSO *ESTUDE NO IFRS BG*: estratégia de orientação para
melhorar o acesso ao IFRS *campus* Bento Gonçalves**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 17 de julho de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Clarice Monteiro Escott – Orientadora – *IFRS*

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Caminha de Castilhos França – *IFRS*

Prof.^a Dr.^a Patrícia Pinto Wolffenbüttel - *IFSUL*

AGRADECIMENTOS

À minha família, por sempre acreditar em mim e me incentivar nos estudos. Em especial, minha mãe, Cecília, sempre fonte de muito amor e cuidado. Às minhas irmãs, Jussara e Mara, pelo amor e carinho que sempre me deram. Ao meu cunhado, Flávio, pela parceria nos momentos alegres. Ao meu querido pai, Jenuino, que embora não esteja mais conosco, sua lembrança sempre me deu muita força e coragem.

À querida Michele, pelo companheirismo, carinho e presença nos momentos importantes, sempre motivo de muito prazer e alegria. Em especial, me auxiliando também na construção do Guia de Acesso, com sugestões que colaboraram no aperfeiçoamento do produto educacional.

À Carmem e a Fernanda pela convivência em boa parte da minha caminhada, sempre me dando apoio e incentivo.

À minha orientadora, professora Clarice, pela parceria e atenção nos esclarecimentos no decorrer da pesquisa.

Aos membros da banca, professora Maria Cristina e professor Virgílio, pelas críticas, apontamentos e contribuições.

Aos professores do mestrado ProfEPT e toda equipe de servidores que atuaram para que pudesse chegar até aqui.

Aos sujeitos da pesquisa, estudantes e servidores do IFRS *campus* Bento Gonçalves, que se dispuseram a participar das entrevistas e questionários, colaborando na construção do produto educacional.

Aos colegas do mestrado, em especial ao grupo dos Baluartes: Alisson, Felipe, Gina, Rodrigo e Silvia: pelo diálogo, companheirismo e compartilhamento de conhecimento.

Aos colegas de trabalho no Gabinete do IFRS *campus* Bento Gonçalves: a colega Sandra e a Diretora prof.^a Soeni, pelo apoio e incentivo.

Ao professor André Peres, coordenador do POA LAB do IFRS *campus* Porto Alegre, pelo auxílio nas questões técnicas da construção do Guia de Acesso.

Aos colegas do CTA do IFRS, em especial ao Anderson, Everaldo e Andréa, pelo auxílio na implementação da acessibilidade digital no Guia de Acesso.

Ao IFRS e sua política de apoio à qualificação do servidor sem a qual os técnicos administrativos não teriam tantas oportunidades.

Porque é mais fácil entrar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus.
(Lucas 18:25)

Embora haja raras exceções, a regra é que os cursinhos sejam o caminho para passar nos vestibulares e entrar na universidade. Mas os vestibulares e suas crias, os cursinhos, são uma porta estreita que tem uma clara "opção preferencial pelos ricos". Entram nas universidades públicas gratuitas os que têm mais dinheiro. Os mais pobres ficam de fora. Têm de se contentar com universidades particulares pagas, se é que podem. O atual sistema é, assim, um jogo de cartas marcadas.
Injusto socialmente.
(Rubem Alves, 2003)

Para que sejam desfavorecidos os mais favorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura.
(Pierre Bourdieu, 2007)

RESUMO

A pesquisa, desenvolvida no ProfEPT, parte da compreensão que a sociedade é desigual na sua estrutura, baseada na exploração do trabalho, com barreiras que dificultam e até impedem a classe trabalhadora de ter acesso, não só aos bens materiais e culturais, mas também aos bens públicos, como é o caso da educação. O acesso à educação reflete essa desigualdade estrutural. Os sistemas de ingresso ao ensino público, como da Rede Federal, funcionam a partir de avaliações meritocráticas, que legitimam as desigualdades econômicas e sociais, excluindo os grupos menos favorecidos. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais, ampliou significativamente os cursos e vagas ofertadas, o que contrasta, por vezes, com a dificuldade na ocupação dessas vagas e com processos seletivos cada vez mais disputados, excluindo muitas vezes os estudantes pobres, provenientes da escola pública. Percebe-se que existe muita complexidade dos processos seletivos, com editais pouco acessíveis e compreensíveis pelos estudantes, os quais, muitas vezes, não entendem o sistema de ingresso e também pouco compreendem o sistema de reserva de vagas para o ensino público. A fim de que a intencionalidade das políticas públicas de ampliação e democratização do acesso se efetive, é necessário um conjunto de esforços direcionados, no sentido de melhorar a orientação e a compreensão dos candidatos sobre os editais e regramentos que norteiam o processo de ingresso discente. Assim, a presente pesquisa buscou desenvolver um produto educacional para melhorar o sistema de ingresso no IFRS *campus* Bento Gonçalves, contribuindo para que o acesso pleno se efetive e promova uma maior inclusão de estudantes oriundos da escola pública na Instituição. O estudo realizado foi qualitativo, de cunho exploratório, sendo delimitado ao IFRS *campus* Bento Gonçalves. O produto educacional desenvolvido (Guia de Acesso), material textual e interativo conforme classificação da Área de Ensino da CAPES, foi aplicado no processo seletivo de 2019/1 do referido *campus*. Partiu-se de um conceito de acesso que engloba o ingresso, a permanência e a qualidade do ensino. A pesquisa demonstrou a necessidade de estratégias de orientação que apresentem a instituição, suas características, sistema de cotas, cursos e modalidades ofertados, estrutura e formas de ingresso. A interpretação dos dados revelou a importância de disponibilizar o Guia de Acesso, em formato digital, de forma permanente, no site da Instituição. A avaliação do produto demonstrou que o Guia apresenta uma orientação mais didática, clara e objetiva, facilitando a compreensão do processo seletivo por parte dos estudantes candidatos, contribuindo para aperfeiçoar a divulgação sobre as modalidades de acesso e de seleção, das opções de curso ofertadas pelo IFRS, além de aumentar o interesse dos estudantes pelo processo seletivo do IFRS. Dessa forma, o Guia cumpre a função de contribuir para a democratização do acesso, qualificando o sistema de ingresso discente, informando sobre as formas de permanência na instituição e sobre o ensino ofertado nos cursos do IFRS *campus* Bento Gonçalves.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Processo Seletivo; Democratização do Acesso; Guia de Acesso; Produto Educacional.

ABSTRACT

The research, developed in ProfEPT, starts from the understanding that society is unequal in its structure, based on the exploitation of labor, with barriers that hinder and even prevent the working class from having access, not only to material and cultural assets, but also to public goods, such as education. Access to education reflects this structural inequality. The systems of entry to public education, such as the Federal Network, work from meritocratic assessments, which legitimize economic and social inequalities, excluding the less favored groups. The expansion of the Federal Network of Professional and Technological Education, with the creation of the Federal Institutes, significantly expanded the courses and vacancies offered, which contrasts sometimes with the difficulty in occupying these vacancies and with more and more disputed selective processes, often excluding the poor students from the public school. It is noticed that there is a lot of complexity of the selective processes, with edicts not accessible and understandable by the students, who, often, do not understand the system of entrance and also do not understand the reserve system of places for public education. In order for the public policy to expand and democratize access to be effective in practice, a set of focused efforts is needed to improve the orientation and understanding of the candidates about the calls and regulations that guide the process of entry student. Thus, the present research sought to develop an educational product to improve the system of entry into the IFRS campus Bento Gonçalves, contributing to the full access to effective and promote greater inclusion of students from the public school in the Institution. The study was qualitative, of an exploratory nature, being delimited to the IFRS campus Bento Gonçalves. The developed educational product (Access Guide), textual and interactive material according to the classification of the Area of Education of CAPES, was applied in the 2019/1 selection process of said campus. It was based on a concept of access that encompasses the entrance, permanence and quality of teaching. The research demonstrated the need for orientation strategies that present the institution, its characteristics, quota system, courses and modalities offered, structure and forms of entry. The interpretation of the data revealed the importance of making the Access Guide, in digital format, permanently available on the Institution's website. The evaluation of the product showed that the Guide offers a more didactic, clear and objective orientation, facilitating students' understanding of the selection process, contributing to improve the disclosure about the modalities of access and selection, of course options offered by the candidate. IFRS, in addition to increasing students' interest in the IFRS selection process. Thus, the Guide fulfills the function of contributing to the democratization of access, qualifying the system of student admission, informing about the ways of staying in the institution and about the teaching offered in the IFRS Campus Bento Gonçalves courses.

Keywords: Professional and Technological Education; Selective process; Democratization of Access; Access Guide; Educational Product.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CTA – Centro Tecnológico de Acessibilidade do IFRS

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PcD – Pessoa com deficiência

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Esquema analítico da categoria Acesso	35
Quadro 2 – Síntese dos instrumento e participantes da pesquisa	43
Quadro 3 – Sistematização das categorias de pesquisa.....	44

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	26
2 O ACESSO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: da meritocracia à democratização	30
2.1 Desigualdade Social: (in)justiça meritocrática	30
2.2 Democracia e democratização, o acesso para além do ingresso	33
2.3 O Acesso na Educação Profissional e Tecnológica	35
3 METODOLOGIA	39
4 ANÁLISE DOS DADOS E CONSTRUÇÃO DO GUIA DE ACESSO	42
4.1 Ordenação dos dados	43
4.2 Classificação dos dados	43
4.3 Análise dos dados	46
4.4 Desenvolvimento do produto educacional	49
4.5 Avaliação do produto educacional	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE 1 – PRODUTO EDUCACIONAL	61
APÊNDICE 2 – Questionário aos Servidores	105
APÊNDICE 3 – Entrevista com Servidores	105
APÊNDICE 4 – Questionários aos candidatos PS 2018/1 e 2	106
APÊNDICE 5 – Questionários aos candidatados PS 2019/1	110
APÊNDICE 6 – Questionário de Avaliação	112
ANEXO 1 – Autorização Institucional	114
ANEXO 2 – Parecer do Comitê de Ética	115
ANEXO 3 – TALE, TCLE (pais), TCLE	118
ANEXO 4 – Certificado de acessibilidade digital	128

APRESENTAÇÃO

Como faço pra estudar aí? Que cursos vocês têm? Qual o valor da mensalidade? Qual cota eu devo me inscrever? Os servidores que atuam no processo de ingresso discente das instituições que compõe a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, seja na divulgação ou nas comissões do processo seletivo, já devem ter se deparado ao menos com alguma dessas questões. Diante desses questionamentos, muitos candidato¹ recebem a informação de que no edital constam todas as respostas para as suas dúvidas. Um outro caminho, advindo das transformações tecnológicas e comunicacionais, é direcionar os interessados para pesquisarem no site da Instituição ou acompanhar as redes sociais. Em ambos os casos, tanto servidores quanto candidatos, saem perdendo. Os primeiros porque não contam com instrumentos satisfatórios de divulgação e orientação sobre o ingresso discente. Os segundos porque, ao acessarem o edital, muitas vezes não o compreendem e, ao visualizarem os conteúdos on-line sobre o processo seletivo, ou não encontram no site ou deparam-se com informações desatualizadas e incompletas. Esse cenário produz um número cada vez maior de falhas e de desistências no transcorrer dos processos de ingresso discente, gerando estudantes propícios a evadir e cursos com baixa procura. No entanto, não bastassem esses entraves, quem perde mesmo é a sociedade que, ao não se efetivar o ingresso e, por conseguinte, a permanência e qualidade do ensino, não verá o real desenvolvimento cultural, científico e tecnológico, promovido a partir do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

Esse trabalho de mestrado está inserido nessa problemática que envolve as barreiras que o candidato se depara para ingressar numa instituição pública, bem como as estratégias e ferramentas que podem ser criadas para superar as dificuldades do acesso. Nesse sentido, a pesquisa desenvolveu um produto educacional, na forma de um Guia de Acesso, com o objetivo de melhorar a orientação aos estudantes interessados em ingressar no IFRS *campus* Bento Gonçalves. O

¹ No transcorrer do texto da dissertação, serão utilizados os termos candidatos ou estudantes para se referir às pessoas que desejam ingressar na Instituição, variando conforme a situação: quando se aborda o processo seletivo, usa-se candidato; quando se refere ao acesso, de modo amplo, usa-se estudante. Já na construção do Guia de Acesso, foi privilegiado o termo *estudante*, por se entender que essa palavra está mais de acordo com a ideia de acesso ao ensino público, aqui abordada, e também por se considerar que o termo *candidato* carrega um sentido de disputa e seletividade.

estudo realizado foi qualitativo, de cunho exploratório, sendo delimitado ao IFRS *campus* Bento Gonçalves. O produto educacional desenvolvido foi aplicado no processo seletivo de 2019/1 do referido *campus*.

Nessa apresentação serão elencados os principais fatores que compõe o contexto da pesquisa. O aporte teórico iniciou-se a partir das discussões sobre a ampliação e democratização do acesso ao ensino público, bem como os problemas e distorções provocados pelas avaliações meritocráticas. A seguir contextualizou-se a temática do acesso dentro da história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), considerando as transformações ocorridas no decorrer do tempo e também os desafios que o cenário atual impõe. Por fim, retratou-se o contexto prático da pesquisa, apresentando as formas e estruturas de acesso do IFRS *campus* Bento Gonçalves, mostrando como ocorre o ingresso dos estudantes na Instituição e quais os problemas e desafios encontrados.

Contexto teórico da pesquisa: o acesso ao ensino público e os problemas da meritocracia

A pesquisa parte de uma compreensão do acesso à educação como um direito público do cidadão. Nesse sentido, Dias Sobrinho (2010) elucida que, reconhecer a educação como bem público, significa rejeitar a educação enquanto mercadoria.

[...] o princípio da educação como bem público, direito social e dever do Estado. De pronto, esse princípio rechaça a ideia de educação como mercadoria e todos os processos mercantilistas que vêm ganhando força e amplitude nas últimas décadas. Uma educação mercadoria não poderia ser democrática, pois só seria acessível àqueles que a podem comprar. Num país cuja maioria da população é pobre, como o Brasil, a população de baixa renda poderia pagar, na melhor das hipóteses, por uma educação-mercadoria de baixo custo e precária qualidade. A educação-mercadoria tem compromisso com o lucro do empresário que a vende. A educação-bem público tem compromisso com a sociedade e a nação. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1224)

A educação como bem público se contrapõe à visão de mercado, que toma a educação como sendo um produto e o estudante como cliente. Somado a isso, o mercado está pautado pelo critério da qualidade, que visa atender às expectativas dos setores empresariais, formando mão-de-obra barata. Numa sociedade que produz a exclusão social, o Estado Democrático tem o dever de priorizar ações que visem

reduzir as desigualdades sociais, econômicas, culturais e educacionais.

Dias Sobrinho (2010) aponta que o problema das políticas sociais de ampliação e democratização do acesso é que elas não são estruturais, mas sim específicas. O principal fator de exclusão da sociedade brasileira é a pobreza. Além disso, as políticas de ações afirmativas apenas inserem novos alunos para dentro das instituições, mas não alteram as formas pedagógicas de ensinar.

Nessa perspectiva, Bourdieu (2007), demonstrou como as desigualdades sociais são reforçadas dentro dos sistemas de ensino. O desempenho escolar, longe de ser um esforço individual, está mais determinado pela origem social dos alunos.

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (BOURDIEU, 2007, p. 41)

Existe uma estrutura das oportunidades objetivas. A ascensão social através da escola é um caminho determinado pelas relações e práticas que o indivíduo internaliza junto ao grupo social que está situado. Essa estrutura objetiva fundamenta a esperança subjetiva (BOURDIEU, 2007).

A estrutura do sistema de ensino possui uma desigualdade interna que a ampliação do acesso não resolve o problema. Isso porque a cultura escolar continuará sendo a cultura da classe dominante e será transmitida de forma arbitrária. Mesmo que todos tenham acesso à escola, essa continuará impondo um determinado tipo de capital cultural, que as classes desfavorecidas não possuem e a elite continuará sendo privilegiada. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002)

A escola cumpriria, assim, portanto, simultaneamente, sua função de reprodução e de legitimação das desigualdades sociais. A reprodução seria garantida pelo simples fato de que os alunos que dominam, por sua origem, os códigos necessários à decodificação e assimilação da cultura escolar e que, em função disso, tenderiam a alcançar o sucesso escolar, seriam aqueles pertencentes às classes dominantes. A legitimação das desigualdades sociais ocorreria, por sua vez, indiretamente, pela negação do privilégio cultural dissimuladamente oferecido aos filhos das classes dominantes. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 30)

Essa crítica aos sistemas de ensino também põe em cheque o critério da meritocracia como fator que promoveria a igualdade e a justiça nas sociedades democráticas (DUBET, 2004). Contudo, a meritocracia, em vez de produzir justiça, acaba conduzindo ao fracasso da maioria.

Uma escola “meritocrática” de massas cria necessariamente “vencidos”, alunos fracassados, alunos menos bons e menos dignos. “O sucesso para todos” é um slogan vazio, por contradizer os princípios meritocráticos sobre os quais a escola se funda. Mesmo que o nível geral dos alunos melhorasse muito, o problema continuaria igual, pelo simples fenômeno da elevação do nível a partir do qual se julga a excelência. Assim sendo, a busca de uma escola justa deve suscitar uma nova pergunta: como ela trataria os alunos mais fracos? Reconhece-se uma escola justa pelo fato de que ela trata bem os vencidos, não os humilha, não os fere, preservando sua dignidade e igualdade de princípio com os outros. (DUBET, 2004, p. 551)

Entender o sistema de ensino, com as suas avaliações e seleções, na perspectiva de uma justiça que acolha os vencidos, implica em não valorizar somente o desempenho e passar a dar mais atenção à maioria dos menos favorecidos que são reprovados e culpados pelo seu fracasso.

O surgimento dos exames de seleção, os vestibulares, representaram formas de regulação e classificação que, para solucionar um problema de demanda e falta de vagas, foi gerando um quadro cada vez mais elitista, sobretudo no ensino superior público.

Assim, no contexto do regime militar, a Lei nº 5.540, de 1968, estabeleceu o vestibular classificatório e unificado por região e tipo de curso, configurando uma alternativa para tratar do problema dos excedentes. Em 1971, o Decreto 68.908, de 13/07/1971, consolidou a estratégia de controle do ingresso, definindo que seriam admitidos candidatos até o limite de vagas fixadas no edital, além de que o resultado nulo em qualquer prova os excluiria, sendo a classificação feita em ordem decrescente dos resultados. Em meio a essas regulações, crescia o ensino privado na forma de faculdades isoladas, aliviando, por essa via, a pressão provocada pela demanda. [...] nas décadas de 1970 e 1980 normatizações foram estabelecidas (introdução da redação nas provas, vestibular por etapas, fixação de pesos diferentes por prova, provas de habilitação para certos cursos), parecendo corroborar com um quadro elitista, no qual restava aos segmentos populares opção pelo ensino particular, pela facilitação nos critérios de ingresso. (SILVA; VELOSO, 2013a, p. 419)

Na década de 1980, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

consolidou o entendimento que o vestibular é um instrumento que possibilita a igualdade de oportunidades e a seleção dos melhores (SILVA e VELOSO, 2013a). Em 1998, o governo de Fernando Henrique Cardoso, através da Portaria Ministerial nº 438 de 28 de maio de 1998, criou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Inicialmente o exame tinha a função de avaliar as competências da educação geral, no intuito de balizar o currículo do ensino médio. Com o Parecer CNE/CP nº 95, de 02/12/1998, o MEC abre a possibilidade de se utilizar o ENEM como forma de seleção para o ensino superior. Em 2009, o MEC propõe mudanças no exame, dentre elas: a transformação de uma prova de 63 questões em quatro provas, uma para cada área em que se organiza o Ensino Médio, com 45 questões cada; os enunciados ficaram mais extensos e, na maioria das vezes, o estudante gasta um bom tempo até que a resposta correta possa ser encontrada; a utilização da sofisticada Teoria da Resposta ao Item (TRI)² na correção (BARROS, 2014). Além disso, o novo ENEM estaria mais de acordo com exames de seleção unificados³ que ocorrem em países desenvolvidos, onde há maior mobilidade acadêmica. No entanto, qual o sentido dessa forma de seleção e classificação, senão de manter o critério do mérito e da competência, dando mais oportunidade aos melhores?

Vê-se, portanto, que as formas meritocráticas de avaliação, que visam medir a competência intelectual dos estudantes, desde os primeiros vestibulares até o novo ENEM, não consideram a situação social e cultural, que é amplamente desigual entre os concorrentes. No intuito de promover a equidade, acabam por fechar os olhos para as disparidades sociais. O critério do mérito, presente nessas avaliações, tem o sentido de classificar e selecionar e, dessa forma, excluir os menos favorecidos. “Ao se desconsiderar esse universo complexo de condições, decreta-se uma sentença, na maioria das vezes, condenatória aos candidatos excluídos. Em nome do mérito, como fosse o fiel da balança, um ente neutro, isento, imaculado, à parte de condicionamentos.” (SILVA; VELOSO, 2013a, p. 422)

² “A TRI baseia-se em modelos matemáticos que permitem a elaboração de provas diferentes com o mesmo grau de dificuldade. Anteriormente, não havia como dizer, com segurança estatística, se um eventual aumento das notas médias dos estudantes seria resultado de melhora efetiva na capacidade dos candidatos ou apenas reflexo de uma prova formulada com questões mais fáceis.” (BARROS, 2014, p. 1073)

³ Exemplo o SAT (Scholastic Aptitude Test) é um dos mais famosos. Ele seleciona estudantes interessados em estudar nas concorridas universidades norte-americanas. Mais de 1,3 milhão de estudantes participaram do teste em 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/10/31/brasil-nao-e-unico-a-ter-exame-nacional-conheca-outros-enems-pelo-mundo.htm?cmpid=copiaecola>

Contexto histórico e político da pesquisa: avanços e retrocessos na Educação Profissional e Tecnológica

Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) as políticas de acesso foram modificando-se com o tempo, assim como a própria EPT que, com o passar dos anos, sofreu alterações que refletiram intenções governamentais, mutações sociais e movimentos no cenário educacional e profissional (FRIGOTTO, 2010). A história da educação profissional e tecnológica reflete como esse tipo de educação foi marcada por um *dualismo estrutural*, ou seja, desde a sua origem havia uma educação propedêutica e geral que foi destinada às elites e grupos mais favorecidos e a educação profissional, inicialmente de cunho assistencial, e depois destinada a formar mão-de-obra para o mercado de trabalho (MOURA, 2007).

O ingresso ao ensino ofertado pelas instituições da Rede Federal EPT, nos cursos técnicos e superiores, se dá mediante formas de seleção e classificação. Nesse sentido, muitos cursos técnicos ofertados pela Rede têm, historicamente, um alto índice de disputa e seletividade (COUTINHO; MELO, 2011). Considerando a situação da escola média brasileira, de ensino propedêutico precário, destinada majoritariamente para a classe trabalhadora, a educação profissional e tecnológica de qualidade, ofertada pela Rede Federal, acaba sendo usufruída pelos jovens da classe média. O modelo atual de EPT, portanto, apresenta uma *dualidade invertida*: a educação geral e propedêutica, sobretudo de nível médio estadual, antes ocupada pela elite, com a ampliação da oferta para a classe trabalhadora, precarizou-se. Ao passo que a educação profissional, com mais estrutura e aporte de recursos na Rede Federal, passou a ser ocupada pela classe média (KUENZER, 2011).

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais, ampliou significativamente os cursos e vagas ofertadas nesse segmento educacional. Essa expansão contrasta, por vezes, com a dificuldade no preenchimento de vagas e com processos seletivos cada vez mais disputados, que muitas vezes excluem os estudantes pobres, provenientes da escola pública. Um dos fatores que leva a esse problema refere-se à complexidade dos processos seletivos, com editais pouco acessíveis e compreensíveis pelos estudantes, que muitas vezes não entendem o sistema de ingresso e também pouco compreendem o sistema de reserva de vagas para o ensino público.

O nascimento dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia focaram na “[...] formação omnilateral da pessoa, unindo ensino, pesquisa e extensão.

Essa concepção tem como centralidade o indivíduo e seu coletivo e não o mercado de trabalho.” (AGUIAR; PACHECO, 2017, p. 14) Ou seja, a educação, empreendida nessas instituições, é voltada para a vida e não somente para o mercado. Dessa forma, os Institutos Federais são locais onde convergem experiências do mundo do trabalho, de pesquisas tecnológicas e práticas inovadoras de cunho político e social. São instituições que vão além de uma escola técnica, mas também não são universidades, que buscam interagir teoria e prática, visando um processo integrado de formação do ser humano.

A nova institucionalidade presente nos Institutos Federais, somada à ampliação de unidades, cursos e vagas na EPT, responde a um anseio dos setores progressistas da sociedade brasileira, que sempre defenderam essa bandeira, não a serviço do capital, mas como uma educação emancipadora das classes populares. No entanto, paralela ao aumento da oferta de EPT, permanecem as barreiras presentes nas formas e mecanismos de acesso às instituições da Rede Federal. A democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica possui entraves para o ingresso justamente para as pessoas que mais necessitam de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

A ampliação e democratização do acesso em EPT é aqui analisada considerando também o significado que a universalização da educação básica tem para a educação profissional. Nesse sentido, Frigotto (2010) enfatiza que educação pública, de qualidade para todos, não é e nunca foi uma prioridade para as classes dominantes, pois elas se alimentam da miséria da grande maioria de excluídos. A histórica desigualdade social é um fator determinante de exclusão, de modo que, qualquer tentativa de ampliar o acesso à educação pública de qualidade é um fator de risco para as classes hegemônicas brasileiras. Desse ponto de vista, as grandes transformações ocorridas no país, como a revolução de 1930, a era Vargas, o golpe militar de 1964, nunca efetivaram uma reforma estrutural da educação, a fim de torná-la pública e universalizá-la. No governo militar predominou a teoria do capital humano e a implementação da qualificação para o mercado, ao estilo do sistema S⁴. Com a

⁴ Atualmente, o chamado Sistema ‘S’ compõe-se de várias instituições, denominadas serviços nacionais de aprendizagem e serviços sociais ligados a sindicatos empresariais: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social de Transporte (Sest); Serviço Nacional de Aprendizagem em Transporte (Senat); Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola (Senar); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

abertura política e a Constituição Federal de 1988, a influência do neoliberalismo e da globalização não privilegiaram reformas educacionais estruturais, pois o objetivo foi reservar para o mercado a responsabilidade da educação. Assim também a década de 1990, foi marcada pelas reformas legais educacionais, pela universalização precária da educação básica e pela desarticulação entre ensino médio e educação profissional. Portanto, é fundamental considerar que uma política pública consistente de ampliação e democratização do acesso a EPT enfrente fortes condicionantes das estruturas de poder que se articulam na sociedade.

Já no início do século XXI, ocorreram alguns avanços com a instauração do governo democrático popular. A partir do Decreto nº 5.154/2004, a integração curricular surge como nova possibilidade de uma formação completa, com qualidade, que considera as múltiplas dimensões formativas. A reorganização e expansão da Rede Federal EPT, a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, bem como a instituição do sistema de cotas, promovido a partir da Lei nº 12.711 de 29 de agosto 2012, também representam avanços na democratização do acesso da EPT. No entanto, a partir de 2016, o campo progressista da educação assiste a diversos reveses, frutos da conjuntura social, econômica e política que vive o país. A partir do golpe (FRIGOTTO, 2018), que retirou a Presidenta Dilma, e a implantação do governo ilegítimo do Vice-presidente Michel Temer, a educação pública, que já vinha ameaçada pelos interesses do capital, sofreu vários retrocessos⁵, dentre os quais se destacam: a reforma do ensino médio (Lei nº 13.415, 16 de fevereiro de 2017), que acaba com o ensino médio integrado, a partir da ideia de flexibilização curricular; a Emenda Constitucional Nº 95, que congela os gastos públicos por 20 anos, cortando investimento em serviços essenciais com saúde, educação e segurança, desviando os recursos para o capital financeiro com o pagamento dos juros da dívida pública; a reforma trabalhista, que retira direitos dos trabalhadores, abrindo caminho para a terceirização total, inclusive no serviço público, jogando a população para a informalidade e o desemprego; abertura do pré-sal aos estrangeiros, deixando a porta escancarada para a entrega do petróleo às corporações estrangeiras, inviabilizando a destinação dos recursos dos royalties do petróleo para a educação, como anteriormente previsto.

Não bastasse esse cenário já caótico, em 2019, com o início do governo Jair

⁵ Retrocessos do governo Temer: <https://www.cartacapital.com.br/politica/12-retrocessos-em-12-meses-de-temer>

Bolsonaro, tem-se o avanço de uma agenda conservadora nos costumes e neoliberal na economia, acarretando para a educação brasileira sérias consequências⁶: total falta de gestão no comando de MEC, com mudança de ministros, extinção de secretarias e programas educacionais; autorização do ensino domiciliar; militarização das escolas; movimento escola sem partido; criminalização da educação (Lava-Jato da educação); bloqueios e cortes no orçamento das instituições federais, prejudicando desde o ensino básico até a pós-graduação. Todo esse contexto representa um cenário de disputa de projetos societários. De acordo com a visão política e social dos polos de poder, tem-se uma visão de qual sociedade se quer e, conseqüentemente, que tipo de educação e de ser humano se almeja construir. “A disputa pela educação pública, incluindo a profissional, parece-nos, é uma mediação fundamental nesse processo, vinculando-a, mediadamente, com as disputas de projetos de desenvolvimento econômico e social e com as tensões ético-políticas que as mesmas suscitam.” (RAMOS, 2016, p. 142). Para a democratização do acesso ao ensino, a conjuntura atual nos coloca numa posição de resistência, onde a busca pela igualdade e a defesa da inclusão social, a partir de estratégias que visem construir uma educação emancipatória, representa uma postura contra-hegemônica.

Contexto prático da pesquisa: o fenômeno do processo seletivo no IFRS *campus* Bento Gonçalves

O Processo Seletivo de Ingresso Discente no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, ocorre a cada semestre letivo. Trata-se de uma forma de classificação dos estudantes que se candidatam às vagas nos cursos técnicos ou superiores ofertados pela instituição. Essa seleção é estruturada de forma unificada, envolvendo todos os *campi* do IFRS e abrangendo um calendário único, com as respectivas etapas: divulgação, isenção, inscrição, prova, resultado e matrícula.

O processo de seleção é meritocrático, ou seja, são aprovados para ocuparem as vagas, os estudantes que obtiverem melhor desempenho na prova. Contudo, o ranqueamento das melhores notas não é feito em uma única listagem, pois, a partir

⁶ Educação em disputa: 100 dias do governo Bolsonaro:
<http://www.cartaeducacao.com.br/educacaoemdisputa/educacao-em-disputa-100-dias-de-bolsonaro/>

da instituição do sistema de reserva de vagas⁷ para ensino público, o IFRS passou a destinar 50%⁸ das vagas para estudantes oriundos da escola pública. Além disso, existe uma reserva de 5% das vagas para pessoas com deficiência. Trata-se de uma ação afirmativa própria do IFRS⁹. Dessa forma, atualmente, existem dez (10) modalidades de ingresso, isto é, são dez opções, em cada curso, que os candidatos encontram no momento da inscrição para o processo seletivo. Essa escolha é fundamental, pois ela irá definir a respectiva reserva de vaga e, conseqüentemente, o número de vagas que o candidato estará disputando.

Existe também mais de um sistema de ingresso: prova própria e ENEM. Ou seja, além da prova, são destinadas 50% das vagas (nos cursos superiores e subsequentes) para quem realizou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nos últimos 5 (cinco) anos. No momento da inscrição o candidato pode optar por disputar a vaga desejada por meio da prova, ou utilizar somente a nota do ENEM, ou por ambas as modalidades.

Além dessas etapas, abrange o processo seletivo, a fase de matrículas. Nesse período, ocorre a efetivação da vaga por parte do estudante candidato. Há uma série de documentos a serem apresentados e também, para o caso dos estudantes de renda inferior, há a necessidade de realização de análise socioeconômica, que é conduzida pela Assistente Social do *campus*. Essa etapa exige, além do trabalho integrado dos setores envolvidos, uma atenção especial aos candidatos quanto à documentação a ser apresentada, bem como, uma orientação clara e objetiva aos candidatos excedentes, sobre os critérios de classificação e a possibilidade de serem convocados nas chamadas subsequentes.

É importante destacar que o processo de seleção nem sempre teve esta configuração. Desde a criação do IFRS, em 2008, ocorreram diversas modificações nas formas de ingresso discente. A unificação das unidades pré-existentes, a diversificação dos cursos, além das alterações legais ocorridas nos últimos anos, foram fatores que resultaram numa maior complexidade e abrangência das estruturas e formas de selecionar e classificar os estudantes para ingressarem na instituição.

⁷ Lei das Cotas, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012: reserva 50% das vagas nas instituições federais de ensino superior e na educação profissional e tecnológica para estudantes egressos da escola pública, além de contar com reservas para pessoas de famílias de baixa renda, autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Com a alteração proposta pela Lei nº 13.409/2016, também para pessoas com deficiência.

⁸ Desde o processo seletivo de 2013/1 o IFRS destina 50% das vagas para estudantes egressos da escola pública.

⁹ Conforme Resolução Nº 022/2014 do Conselho Superior do IFRS.

Hoje as estruturas são abrangentes e complexas, como as formas de ingresso (prova, ENEM, sorteio), as modalidades de curso (técnico, tecnólogo, licenciatura, bacharelado) e as reservas de vaga (escola pública, baixa renda, autodeclarados pretos pardos, indígenas e Pessoa com Deficiência (PcD)). O que se percebe a cada processo, é que os candidatos têm muitas dúvidas em relação à qual opção marcar no momento da inscrição, ocasionando, em muitos casos, a inscrição de forma equivocada.

A fim de nortear todas as ações que envolvem o sistema de ingresso, o IFRS tem uma Política de Ingresso Discente:

Art. 2º A Política de Ingresso Discente do IFRS seguirá os seguintes princípios: I – Compromisso com a publicização dos Processos de Ingresso Discente de todos os níveis, tipos, formas e modalidades de ensino aos cidadãos; II - Enfrentamento das desigualdades educacionais, objetivando a ampliação e a democratização das condições de acesso dos estudantes; III - Articulação com a Política de Ações Afirmativas do IFRS; IV - Conexão com a Política de Assistência Estudantil do IFRS; V – Unidade institucional no planejamento, execução, controle e avaliação dos Processos de Ingresso Discente, observando-se as particularidades locais e regionais; VI - Atuação integrada com os diversos setores dos campi que, por força regimental ou natureza, estejam envolvidos com os Processos de Ingresso Discente; VII – Atenção aos grupos populares através de ações afirmativas e continuadas para o Processo de Ingresso Discente; VIII – Acessibilidade aos candidatos com Necessidades Educacionais Específicas; IX – Contribuição para uma educação pública, gratuita e de qualidade. (Política de Ingresso Discente do IFRS, 2017, p. 2)

No que diz respeito aos princípios norteadores da Política de Ingresso Discente e a forma como é estruturado o processo de ingresso discente no IFRS, observa-se a preocupação com a democratização do acesso, além da implementação de ações afirmativas, que buscam reduzir e até eliminar as barreiras que impedem muitas pessoas de ingressar na instituição. Percebe-se também a preocupação com a acessibilidade e a inclusão, garantindo o acesso, mas sem esquecer das ações que proporcionem a permanência dos estudantes.

Outro elemento importante é o sistema de cotas que, criado a partir da Lei nº 12.711/2012, a partir do qual tem-se uma oportunidade de melhorar o acesso às instituições federais de ensino, sobretudo para o público que, historicamente, ficou excluído dela, é o caso dos pobres, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. A referida Lei prevê que as instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio devem reservar, para os processos seletivos de ingresso de cada curso, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para

estudantes que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas (para ingressar nos cursos superiores) ou o ensino fundamental (para ingressar nos cursos técnicos). Metade das vagas reservadas deverá ser destinada para estudantes de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. Além disso, deve ser previsto a reserva de vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, segundo o último Censo do IBGE.

A implantação do sistema de cotas representa um avanço real na democratização do acesso ao ensino público e de qualidade, contudo, é necessário uma melhor orientação e conscientização dos cidadãos sobre o processo de ingresso discente. Isso porque, ao se inscrever no processo seletivo, o candidato deparava-se com uma descrição da modalidade de seleção que, em princípio, poderia gerar incompreensões, como por exemplo: “Tenha cursado integralmente o Ensino Médio em Escola Pública, com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimos per capita que se autodeclaram PPI (preto pardo ou indígena) e sejam PcD (pessoas com deficiência).”¹⁰ São várias peculiaridades numa mesma opção e devido à falta de informação e orientação, os candidatos ou marcam a opção errada ou optam pelo acesso universal. A partir dos problemas ocorridos no período de matrículas, percebe-se que essa é uma dificuldade recorrente, prejudicando o ingresso e muitas vezes até impedindo a matrícula do candidato.

Assim, a elaboração de um produto educacional, que visa orientar de forma mais clara e didática aos estudantes sobre o processo seletivo do IFRS, é uma temática que tem sua importância e relevância na perspectiva das políticas públicas de democratização e ampliação do acesso ao ensino público federal. Os Institutos Federais, criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, tem como finalidade ofertar educação pública, gratuita e de qualidade. A democratização do acesso e a redução das desigualdades são princípios norteadores dessas instituições, por isso, aperfeiçoar e facilitar o processo de ingresso só tem a contribuir com essa finalidade.

Nesse contexto, a presente pesquisa buscou desenvolver um produto educacional para melhorar o sistema de ingresso no IFRS *campus* Bento Gonçalves, contribuindo para que o acesso pleno se efetive e promova uma maior inclusão de

¹⁰ EDITAL IFRS Nº 29/2018 - Processo Seletivo Unificado para Ingresso Discente no Semestre 2018/2, nos Cursos Superiores de Graduação dos *Campi* do IFRS.

estudantes oriundos da escola pública na Instituição. O Guia de Acesso foi desenvolvido para contribuir na democratização do acesso aos cursos ofertados no IFRS *campus* Bento Gonçalves, divulgando e orientando as pessoas sobre as formas de ingresso, o sistema de reserva de vaga, a estrutura da instituição e as opções de assistência estudantil. Em que pese ainda não ser possível a eliminação das avaliações meritocráticas, um Guia de Acesso pode melhorar o sistema de ingresso, trazendo mais orientação e informação, diminuindo os entraves burocráticos e conscientizando sobre as cotas e ações afirmativas.

Considerando, portanto, os referidos contextos teóricos, histórico-políticos e práticos, envolvidos na temática do acesso ao ensino de EPT, a presente dissertação contempla a seguinte estrutura: uma introdução inicial, a qual apresenta o tema do acesso no IFRS *campus* Bento Gonçalves, justificando o problema da pesquisa na medida em que pretende melhorar a orientação dos estudantes que desejam ingressar na instituição e, apresenta também, os objetivos geral e específicos do estudo. No referencial teórico, é feita uma análise dos conceitos e autores que abordam as temáticas do acesso, igualdade, justiça, meritocracia e democratização do ensino. Na metodologia, é apresentada a caracterização da pesquisa, com a justificação das ferramentas e técnicas utilizadas; nos resultados e discussões, é feita análise de conteúdo, abordando os resultados das entrevistas e questionários, a partir do fenômeno estudado, tendo em vista o objetivo de desenvolver estratégias com vistas à melhoria do processo de ingresso discente; nas considerações finais, apresenta-se a síntese interpretativa dos objetivos da pesquisa e um balanço dos resultados atingidos.

1 INTRODUÇÃO

O acesso ao ensino público é um direito de todos, sendo responsabilidade do poder público promover a melhoria e a democratização do ingresso. Considerando os processos seletivos meritocráticos da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia¹¹ (Rede Federal EPT), é fundamental o desenvolvimento de estratégias que orientem e conscientizem o público em geral sobre os diversos cursos e modalidades de ensino ofertados. A fim de que a intencionalidade das políticas públicas de ampliação e democratização do acesso se efetivem, é necessário um conjunto de esforços direcionados, no sentido de melhorar a orientação e a compreensão dos candidatos sobre os editais e regramentos que norteiam o processo de ingresso discente.

A temática do acesso ao ensino de EPT é aqui abordada a partir de uma perspectiva crítica, embasada em autores que refletem sobre as formas e estruturas de desigualdade e exclusão presentes na sociedade atual (SANTOS, 1999; BOURDIEU, 2007; SOBRINHO, 2010; NOGUEIRA, 2002; DUBET, 2004; SILVA, 2013; VELOSO, 2013; CARVALHO, 2004), bem como por pesquisadores que abordam a EPT, desde a sua formação histórica, marcada pela categoria da *dualidade estrutural*, bem como o seu desenvolvimento, expansão e contradições internas (FRIGOTTO, 2010; RAMOS, 2016; MOURA, 2016; KUENZER, 2011; COUTINHO; MELO, 2011). Uma sociedade que é desigual na sua estrutura, baseada na exploração do trabalho, possui barreiras que dificultam e até impedem a classe trabalhadora de ter acesso, não só aos bens materiais e culturais, mas também aos bens públicos, prometidos na forma de direitos pelo Estado Democrático, como é o caso da educação.

O sistema que dá sustentação à pirâmide social – que mantém muitos na base, sustentado os privilégios de poucos – está também na educação. Sobretudo na educação pública federal, onde os processos seletivos são um campo de disputa, sendo os critérios de ingresso determinados pelo capital, não só econômico, mas também cultural. Ao invés de ser a forma de produzir a justiça social, dando oportunidades iguais a todos, a educação, pelo viés meritocrático, gera a verdadeira injustiça social.

Tendo presente a questão da desigualdade e da exclusão, é fundamental

¹¹ Instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008

aprofundar o conceito de democratização do acesso. A presente análise parte da perspectiva que a democracia, na atual conjuntura capitalista, não promove uma justa divisão das riquezas, materiais e culturais. Por isso, ela é um processo em curso, em construção. Daí que, democratização é um conjunto de esforços a ser efetivado, no sentido de promover o acesso pleno das pessoas ao direito à educação. (SILVA; VELOSO, 2013a)

O próprio conceito de acesso também deve ser compreendido, nessa perspectiva da democratização, como não sendo restrito ao processo seletivo, mas sim abrangendo o sistema de ingresso, as estratégias de permanência e as estruturas de ensino, pesquisa extensão das instituições de EPT, que promovem o ensino público, gratuito e de qualidade. (SILVA; VELOSO, 2013b)

Há que se considerar também que a ampliação e democratização do acesso em EPT, assim como a própria universalização da educação básica, nunca foram prioridade para as elites brasileiras (FRIGOTTO, 2010). As políticas públicas de ampliação e democratização do acesso enfrentam fortes condicionantes das estruturas de poder que se articulam na sociedade. Os recentes retrocessos no campo da educação, frutos da conjuntura social, econômica e política que vive o país, não podem ser desconsiderados quando se analisa o acesso a EPT. Desde o golpe que destituiu a Presidenta Dilma, até o início do governo Bolsonaro, a educação pública vem sofrendo diversos reveses (FRIGOTTO, 2018). Desde corte de verbas e restrições no financiamento das instituições, passando pelas alterações legais que propõe mudanças no currículo do ensino médio, até as tentativas de criminalizar o ensino de temas políticos nas escolas, todos esses fatores, colocam os profissionais da educação, que defendem a igualdade e a inclusão social, numa posição de resistência.

Considerando as referidas perspectivas teóricas, o presente estudo parte da problematização do processo seletivo, no que diz respeito às estratégias que podem ser utilizadas para orientação sobre processo de ingresso discente. Entende-se que é necessário um processo diferenciado de orientação aos estudantes candidatos às vagas ofertadas pelo IFRS. Diversos fatores apontam à pertinência de uma orientação mais didática e elaborada, como: a complexidade do processo seletivo, com suas múltiplas formas de seleção; a quantidade extensa de regras e normas que norteiam o exame; o perfil dos estudantes jovens que se identificam mais com as formas digitais de aprendizagem; o alto número de desistência no transcurso do processo seletivo,

além da elevada quantidade de erros de inscrição, que acabam prejudicando o candidato na escolha do curso e da modalidade de seleção.

Embora a lei de cotas e as ações afirmativas implantadas no IFRS tenham ampliado significativamente a oportunidade de inclusão – facilitando o acesso das PcD, autodeclarados pretos, pardos e indígenas, pessoas de baixa renda e estudantes egressos da escola pública – a burocratização dos processos seletivos, com os editais e sistemas de inscrição, muitas vezes complexos para os candidatos, são fatores de entraves, que acabam dificultando o acesso. Por isso, a importância de se desenvolver outras estratégias para orientação sobre o acesso à instituição.

No IFRS, as informações sobre o processo seletivo estão basicamente concentradas nos editais e manuais disponíveis no site do processo seletivo, mas geralmente esses documentos não são lidos pelos candidatos. Além disso, outras informações sobre a estrutura que a instituição oferece e sobre as modalidades cursos estão dispersas no site da instituição. Percebe-se, assim, a necessidade de articular as informações para os futuros ingressantes, a fim de prestar uma orientação mais completa e qualificada da natureza dos cursos, as formas e modalidades de ingresso, o tipo de ensino ofertado na instituição, as condições de acesso e as opções de assistência estudantil.

Portanto, considerando o embasamento teórico da pesquisa, a finalidade institucional e os princípios da democratização do acesso ao ensino público, mostra-se pertinente a elaboração e aplicação de um Guia de Acesso, a fim de contribuir para o ingresso dos estudantes, orientar os candidatos sobre as regras do certame, melhorar o desempenho e a permanência do estudante e promover a vinculação e identificação dos estudantes com o curso e a instituição.

Diante desse contexto, definiu-se como questão central da investigação: *considerando a forma como é estruturado o Processo de Ingresso Discente no IFRS, na perspectiva das políticas públicas de ampliação e democratização do acesso ao ensino público federal brasileiro, como melhorar a orientação aos estudantes interessados em participar do processo seletivo no IFRS campus Bento Gonçalves a partir da criação de um Guia de Acesso? De que forma um Guia poderia melhorar o acesso ao processo seletivo no IFRS?*

A fim de abordar tal problemática, definiu-se como objetivo geral da pesquisa: desenvolver estratégias com vistas à melhoria do processo de ingresso discente, de modo a orientar os estudantes sobre a natureza do processo seletivo realizado na

instituição.

Para atingir o objetivo geral, o estudo contemplou como objetivos específicos, primeiramente, analisar os documentos oficiais do IFRS juntamente com a legislação pertinente ao tema, a fim de esboçar a visão institucional do processo de ingresso discente. Na sequência, passou-se para a compreensão das formas e estruturas do processo de ingresso discente do IFRS em todas as suas fases, etapas e regramentos, analisando os editais, manuais e site do Ingresso. O próximo passo, foi identificar as dificuldades e as incompreensões dos estudantes referentes ao processo seletivo de forma a orientar a construção do Guia de Acesso. Em seguida, foram levantadas as principais contribuições dos servidores envolvidos no processo seletivo quanto ao conteúdo e forma de apresentação do Guia de Acesso. Por fim, foi realizada a avaliação do Guia de Acesso com os candidatos que prestaram o Processo Seletivo 2019/1, no IFRS *campus* Bento Gonçalves.

Inicialmente, partia-se da necessidade de melhorar a *divulgação* do processo seletivo, explicando melhor o funcionamento do sistema de cotas e os cursos ofertados. No entanto, os dados da pesquisa revelaram a importância de se focar na *orientação* dos estudantes. Além disso, outro fator observado foi a demanda por uma orientação permanente sobre os processos seletivos no site do *campus*. A pesquisa apontou também que o conceito de acesso deve ser encarado considerando não somente o elemento do ingresso (processo seletivo), mas também levando em conta a permanência e a qualidade do ensino, entendida como êxito acadêmico. Assim, com o desenvolvimento da pesquisa, o produto educacional construído se encaminhou para o formato de um Guia de Acesso, que abarcou todos os elementos apontados nas entrevistas e questionários realizados com estudantes e servidores da Instituição, além das avaliações realizadas com os estudantes que prestaram o processo seletivo de 2019/1.

2 O ACESSO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: da meritocracia à democratização

O presente estudo foi embasado a partir de autores que discutem os temas da democratização do acesso no ensino público brasileiro, as políticas públicas da EPT e as questões relativas à igualdade e desigualdade na educação pública brasileira. Dessa forma, serão apresentadas as análises teóricas que fundamentaram a pesquisa.

2.1 Desigualdade Social: (in)justiça meritocrática

A temática do acesso à Educação Profissional e Tecnológica foi analisada a partir das categorias teóricas da igualdade e da inclusão. Numa sociedade democrática todos são iguais e tem direito ao acesso aos bens públicos, como é o caso da educação. Nesse sentido, Santos (1999), explica como se dá a relação igualdade e desigualdade, inclusão e exclusão, na sociedade capitalista contemporânea. Segundo esse autor, a modernidade, na medida em que foi pautada pelo desenvolvimento do capitalismo, por um lado, manteve os ideais de emancipação e igualdade social, mas por outro, foi desenvolvendo um sistema regulatório, onde foram geridos processos de exclusão e desigualdade, frutos do modo de produção capitalista. É fundamental compreender esse processo de desigualdade e exclusão para entender em que medida o acesso à educação pública pode ser entendido ou como inclusão ou como igualdade na sociedade capitalista.

Para Santos (1999), há um dispositivo ideológico de luta contra a desigualdade e a exclusão: é o universalismo, que se processa de duas formas: negação das diferenças (igualdade), absolutização das diferenças (inclusão). As políticas sociais do Estado-Providência representaram, na modernidade capitalista, a aplicação do princípio do universalismo, seja para reduzir a desigualdade, com políticas de cidadania e direitos humanos, seja para reduzir a exclusão, com políticas de reinserção social.

Portanto, é o Estado o responsável pelo equilíbrio do sistema de desigualdade e exclusão. A função do Estado é justamente gerar igualdade, sem acabar com a desigualdade e gerar inclusão sem acabar com a exclusão.

No que respeita à desigualdade, a função consiste em manter a

desigualdade dentro dos limites que não inviabilizem a integração subordinada. No que respeita à exclusão, a função consiste em distinguir, entre as diferentes formas de exclusão, aquelas que devem ser objeto de assimilação ou, pelo contrário, objeto de segregação, expulsão ou extermínio. (SANTOS, 1999, p. 7)

Ou seja, as políticas públicas do Estado Capitalista não resolvem a desigualdade e a exclusão, que tem suas raízes no princípio regulatório do sistema capitalista. Assim, também podemos compreender melhor as políticas de ampliação do acesso ao ensino público. Na medida em que ampliam e estendem direitos a grupos que antes não conseguiam ingressar numa instituição de ensino, esses grupos saem do sistema de inclusão-exclusão. Contudo, são inseridos no sistema igualdade-desigualdade, pois dentro dos sistemas educacionais haverá ainda uma hierarquia a separar os indivíduos. Portanto, o acesso pode resolver o problema da exclusão, mas ainda não atinge a questão da desigualdade.

Analisar as políticas de acesso e permanência na escola pública implica também em compreender criticamente as características do sistema público de ensino, enquanto algo que, ao invés de promover a igualdade social, acaba gerando mais desigualdade ao considerar somente o critério do mérito acadêmico como condição de acesso para a educação pública. Nas sociedades democráticas, os sistemas de ensino sempre carregaram um certo otimismo com relação as noções de igualdade e meritocracia. Tratando todos como iguais, a escola seria a instituição que, por excelência, representaria o ideal democrático de dar a todos a oportunidade de conquista a partir do esforço e mérito individual. Nessa perspectiva, a escolarização é vista como uma oportunidade de ascensão e mobilidade social (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

Com os estudos de Pierre Bourdieu na década de 1960, tem início a desconstrução dessa falácia, introjetada dentro dos sistemas de ensino. O autor irá demonstrar como o desempenho escolar não depende do esforço individual, mas é determinado pela origem social dos alunos. Ocorre, então, uma inversão de perspectiva. A educação não é baseada na justiça social, meritocracia e igualdade de oportunidades, mas sim num sistema que legitima e reproduz a desigualdade educacional e social.

Para Bourdieu (2007), o indivíduo possui uma bagagem herdada, que inclui o capital econômico, social e cultural. Sendo que o capital cultural é o elemento de maior impacto na definição do destino escolar do indivíduo, pois ele é determinante na

aprendizagem de conteúdos e domínio dos códigos escolares. “A educação escolar, no caso das crianças oriundas de meios culturalmente favorecidos, seria uma espécie de continuação da educação familiar, enquanto para as outras crianças significaria algo estranho, distante, ou mesmo ameaçador.” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 21). Além disso, o capital cultural favorece o sucesso escolar porque traz mais vantagens nos processos de avaliação, pois esses são, na verdade, julgamentos culturais, mais do que escolares. O capital econômico e o capital social, nessa perspectiva, são meios para as famílias adquirirem e acumularem mais capital cultural, na medida em que podem frequentar determinados estabelecimentos de ensino e ter acesso aos bens culturais de maior valor.

Cada família, classe ou grupo social possui um conjunto de estruturas objetivas que criam um sistema de disposições para ação do indivíduo, na forma de *habitus*. Os grupos sociais têm um acúmulo histórico de experiências de sucesso e fracasso escolar. Esse conjunto de experiências forma um conhecimento prático, às vezes não consciente, criando assim estratégias de ação do sujeito dentro da realidade social que se apresenta. O *habitus* é formado justamente pelo conjunto de estratégias, viáveis e adequadas, adotadas pelo grupo e incorporadas pelo sujeito (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

A teoria de Bourdieu apresenta uma compreensão da escola como aparelho reprodutor e legitimador das desigualdades sociais. A estrutura do sistema de ensino possui uma desigualdade interna que a ampliação do acesso não resolve o problema. Isso porque a cultura escolar continuará sendo a cultura da classe dominante e será transmitida de forma arbitrária. Mesmo que todos tenham acesso à escola, essa continuará impondo um determinado tipo de capital cultural, que as classes desfavorecidas não possuem e a elite continuará sendo privilegiada. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002)

Dubet (2004) também abordou as noções de justiça e igualdade relacionadas à escola. O que é, afinal, uma escola justa? Aquela que é puramente meritocrática, promovendo competição entre indivíduos desiguais, ou a que compensa as desigualdades, dando mais chance aos que tem menos? Conforme Dubet (2004), nas sociedades democráticas o mérito sempre foi utilizado pela escola como critério de justiça.

Contudo, sabe-se que o critério do mérito esbarra no problema da igualdade de oportunidades. Numa sociedade onde há divisão e desigualdade, social,

econômica e educacional, não haverá uma competição justa, ou seja, alguns sairão na frente na disputa. Mesmo garantido o acesso à educação básica, não significa que serão reduzidas as diferenças. A universalização do acesso é apenas uma condição formal da igualdade de oportunidades, as diferenças materiais continuam a determinar o sucesso/fracasso escolar.

O modelo meritocrático está longe, portanto, de sua realização; a competição não é perfeitamente justa. Em uma palavra: quanto mais favorecido o meio do qual o aluno se origina, maior sua probabilidade de ser um bom aluno, quanto mais ele for um bom aluno, maior será sua possibilidade de aceder a uma educação melhor, mais diplomas ele obterá e mais ele será favorecido... (DUBET, 2004, p. 543)

O sistema de ensino, que se pretende justo e igualitário, ao utilizar o critério meritocrático puro, legitima as desigualdades sociais. Os vencidos e fracassados nas disputas meritocráticas são cada vez mais excluídos do sistema e, ao invés de serem tratados como vítimas de uma competição injusta, são considerados responsáveis pelo seu próprio fracasso. Diante disso, questiona Dubet: “O mérito é outra coisa além da transformação da herança em virtude individual? Ele é outra coisa além de um modo de legitimar as desigualdades e o poder dos dirigentes?” (2004, p. 544). Vê-se que a análise crítica dos sistemas de seleção acaba por desmontar a falácia da meritocracia que, ao invés de representar justiça, torna-se a real promotora da injustiça e exclusão educacional.

2.2 Democracia e democratização, o acesso para além do ingresso

Os conceitos de igualdade e de justiça nos sistemas de ensino estão na base da democracia. Por isso, o acesso justo e igualitário ao ensino público é uma norma democrática a ser seguida. Nesse viés, Silva e Veloso (2013a) analisam o acesso ao ensino público a partir da noção de democratização. Segundo essa análise teórica, a democracia é usufruir coletivamente dos bens produzidos socialmente. Nesse sentido, numa democracia capitalista a partilha da riqueza ocorre somente de forma parcial. A partir disso, entende-se que a “democratização significa um processo de consubstanciação da democracia, uma junção de esforços para o seu alcance, avanços no interior da sociedade atual, aquilo que engendra mudanças na perspectiva da democracia efetiva.” (SILVA; VELOSO, 2013a, p. 425)

A necessidade de se definir, além do plano teórico, as práticas sociais que estarão vinculados ao significado de democratização é enfatizada Carvalho (2004). “Ao definir democratização como “a universalização de oportunidades” ou como “o cultivo da liberdade do educando”, não se marca apenas uma diferença conceitual no plano teórico, mas, sobretudo, busca-se uma adesão às práticas sociais que se consideram mais valorosas. ” (CARVALHO, 2004, p. 329) Nessa perspectiva, ele defende a democratização como política pública, ou seja, ações que visem ampliar o acesso e a permanência na escola pública.

É nesse sentido que devemos entender a democratização da escola não como uma reforma pedagógica que visa alterar as relações pessoais internas à instituição, mas uma política pública que vise ampliar o direito à escolarização. Por essa razão, não pode haver democratização do ensino sem esforços sistemáticos para o acesso e a permanência de todos nas escolas. (CARVALHO, 2004, p. 333)

Os mecanismos utilizados pelas instituições para selecionar e classificar os estudantes também devem ser considerados quando se analisa o acesso e a democratização ao ensino público. Veloso e Luz (2013) destacam que o mérito sempre foi o critério e o mecanismo utilizado para selecionar os estudantes, sobretudo, para o ensino superior.

Dessa forma, entende-se que os critérios classificatórios dos processos de seleção surgem na perspectiva do ‘mérito’, o qual é baseado na concepção de igualdade de oportunidades, apresentando a função de selecionar o melhor candidato, aquele que apresenta por mérito pessoal melhores chances e aptidões naturais para ingressar. (VELOSO; LUZ, 2013, p. 46)

A Constituição Federal de 1988, também faz menção ao critério do mérito: o Art. 208 define que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “V- acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, **segundo a capacidade de cada um;**”¹². A Lei de Diretrizes e Bases (LDB)¹³ utiliza a expressão processo seletivo em vez de vestibular, contudo a função continuou sendo classificatória de caráter meritocrático.

A fim de apresentar um entendimento mais amplo do significado desse conceito no contexto das políticas educacionais, Silva e Veloso (2013b) analisam com maior

¹² Grifo meu. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

¹³ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm

precisão a categoria ‘acesso’.

Segue-se que, numa definição preliminar e abrangente, acesso significa “fazer parte”; por conseguinte, remete à inserção, participação, acolhimento. Entretanto, o acesso pode ser entendido mais profundamente, de forma a transcender a contradição que emerge dessa compreensão, que se relaciona à dualidade “incluído/excluído”, “integrado/não integrado”, “parte/todo”. Acesso, num sentido mais profundo, refere-se a um pertencimento que se liga indissociavelmente ao senso de coletividade/universalidade e à *práxis* criativa. (SILVA; VELOSO, 2013b, p. 729)

As autoras enfatizam que, no caso do acesso ao ensino público, não basta considerar a etapa do ingresso (do processo seletivo), mas sim levar em conta a dimensão da permanência do estudante e também para a qualidade da formação. Assim, pode-se considerar o acesso a partir dessas dimensões: ingresso, permanência e qualidade. Cada qual com seus respectivos indicadores de aferição:

Quadro 1: Esquema analítico da categoria Acesso

Categoria	Dimensões	Indicadores
Acesso	Ingresso	Vagas, ingresso, formato seletivo
	Permanência	Matrícula, taxa de diplomação, programas de fixação do estudante.
	Qualidade da formação	Categoria administrativa; organização acadêmica; da formação titulação e dedicação do corpo docente; participação discente/docente nas decisões; escolha do curso; avaliação institucional; produção da pesquisa; autonomia política pedagógica e financeira.

Fonte: (SILVA; VELOSO, 2013b, p. 731)

2.3 O Acesso na Educação Profissional e Tecnológica

Embora o problema do acesso e dos processos de ingresso sejam abordados em sua maioria na perspectiva do ensino superior, é importante destacar que também no acesso às instituições de Rede Federal EPT, nos cursos técnicos e superiores, o ingresso também se dá mediante formas de seleção e classificação. Nesse sentido, muitos cursos técnicos ofertados pela Rede, têm historicamente um alto índice de disputa e seletividade.

Conforme Coutinho e Melo:

Os processos seletivos para os cursos técnicos surgiram a partir da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, no ano de 1909, e são realizados por meio de um edital que define critérios para classificação, seleção e aprovação dos alunos. A seleção por provas é o mecanismo mais tradicional de ingresso e apresenta as mais altas taxas de seletividade e exclusão social. Esses concursos acentuam essas diferenças e restringem as oportunidades para aqueles que, por cursarem escolas de melhor padrão de qualidade, conseguem ser selecionados nos exames, contribuindo para a reprodução e a manutenção das desigualdades sociais. (COUTINHO; MELO, 2011, p. 23)

Inicialmente, nas Escolas de Aprendizes e Artífices o critério de seleção era a renda, sendo que os candidatos deveriam comprovar carência econômica. A partir de 1942, quando as instituições foram transformadas em Escolas Técnicas, passou a ser utilizado o critério do mérito individual, verificado através de exame de seleção. Em 1961, ocorreu um aumento na procura pelos cursos técnicos, pois passou a ser adotada a equivalência entre cursos técnicos e educação propedêutica, sendo que as duas formas davam acesso ao ensino superior. Com a compulsoriedade do ensino médio profissional, no ano de 1971, a procura pelos cursos ofertados pela Rede Federal EPT aumentou consideravelmente, devido a qualidade dos mesmos e a infraestrutura das instituições. As alterações na organização da Rede EPT em 1997 e 2004, também não modificaram o aspecto meritocrático que caracteriza o acesso a essas instituições. Portanto, é necessário considerar esses fatores para compreender as dificuldades e condicionantes relacionadas ao acesso, não como uma simples etapa, mas no contexto de outros fatores sociais, econômicos e culturais.

Tendo presente essa característica do acesso à Rede Federal EPT, Kuenzer (2011) desenvolve a categoria 'dualidade invertida' para analisar a situação atual do ensino médio no país. Essa etapa educacional tem oferta predominantemente pública na rede estadual, na forma de educação geral e propedêutica. O ensino estadual, na maioria das vezes noturno, acaba sendo a única opção para os jovens em situação de vulnerabilidade. Por isso Kuenzer defende que, a partir de 1990, ocorreu a inversão da dualidade, que antes

[...] apresentava a escola média de educação geral para a burguesia e a escola profissional para os trabalhadores. E, dadas as condições de precarização das escolas médias públicas que atendem os que vivem do trabalho, tenho como hipótese que a educação geral, antes reservada à elite, quando disponibilizada aos trabalhadores, banalizou-se e desqualificou-se. Esse modelo começou a ser invertido desde a

metade dos anos 90, na esteira das políticas do Banco Mundial para os países pobres, propondo a oferta de educação geral aos jovens, que não deveriam se profissionalizar precocemente. (KUENZER, 2011, p. 50)

Considerando essa situação da escola média brasileira, de ensino propedêutico precário, destinada majoritariamente para a classe trabalhadora, a educação profissional e tecnológica de qualidade, ofertada pela Rede Federal, acaba sendo usufruída muitas vezes pelos jovens da classe média. No ensino médio técnico da Rede Federal os jovens encontram uma educação integral que possibilita um futuro ingresso no mundo do trabalho e a continuidade dos estudos em nível superior. Dessa forma, é fundamental democratizar o acesso à educação profissional e tecnológica para a classe trabalhadora, a fim de que também tenham condições de usufruir de um ensino de qualidade.

O quadro teórico a respeito do acesso ao ensino público aponta para uma compreensão crítica das noções de inclusão, igualdade, acesso, democratização e meritocracia. Embora as políticas públicas promovam a ampliação das vagas – com a criação das reservas para o ensino público, as políticas de assistência e acessibilidade – não se pode deixar de considerar que os processos de ingresso ao ensino público estão entrelaçados num sistema que, ao mesmo tempo em que inclui, reforça os critérios meritocráticos e seletivos, responsabilizando o indivíduo pelo seu fracasso ou sucesso acadêmico.

O surgimento dos Institutos Federais, a partir de 2008, trouxe para a Rede Federal de EPT, novas perspectivas para a questão do acesso ao ensino público. Os Institutos Federais, como locais onde convergem experiências do mundo do trabalho, de pesquisas tecnológicas e práticas inovadoras de cunho político e social, vão além de uma tradicional escola técnica, mas também não são universidades, pois buscam interagir teoria e prática, visando um processo integrado de formação do ser humano.

Na arena de disputa das políticas públicas, essa nova configuração da Rede Federal significou, além da expansão de cursos e vagas, uma variedade de ações e funções, que pode ser vista como um processo de inclusão excludente, já apontado por Kuenzer (2010). Do lado do mercado há um processo de *exclusão includente*: exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para incluí-las de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva. Ao passo que do lado do sistema educacional há um processo de *inclusão excludente*: tem aumentado a inclusão nas diversas modalidades de educação disponibilizada para os que vivem do trabalho,

mas precarizam-se os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, o que apenas favorece inclusão subordinada ao longo das cadeias produtivas.

Assim, é necessário ter presente que, aumentar as formas de inclusão e de acesso ao ensino de EPT, não implica necessariamente numa transformação substantiva na vida das pessoas, pois, muitas vezes, o que ocorre é uma inclusão subordinada, onde o simples ingresso nos cursos não garante a permanência, nem a qualidade da formação. No entanto, como enfatizam Ambrosini e Escott:

Essas dificuldades não tiram o mérito da política dos Institutos Federais, enquanto promotora de um maior acesso e democratização da EPT, mas, como foi analisado antes, é fundamental considerar essas dificuldades a fim de se construir um acesso pleno dos estudantes, de modo que os Institutos Federais não sejam apenas uma porta de ingresso e que, por diversos fatores, acaba sendo somente uma porta giratória, ou seja, de entrada e logo saída. (AMBROSINI; ESCOTT, 2018, p. 22)

Desta forma, a questão da desigualdade e da exclusão estão na estrutura da sociedade, de modo que as instituições educacionais cumprem uma dupla função, seja para manter e reproduzir as desigualdades ou, através de políticas públicas emancipatórias, superar as condições de exclusão. Nesse sentido, ampliar e democratizar o acesso ao ensino público é algo fundamental aos que desejam uma sociedade mais justa e igualitária. Acesso, segundo o que foi enfatizado, compreendido para além dos sistemas seletivos de ingresso, mas abrangendo também a permanência e a qualidade do ensino.

Sendo assim, a partir dessa prévia análise teórica, já podemos inferir a necessidade de se desenvolver, junto às instituições da Rede Federal de EPT, ações e estratégias que visem tornar os sistemas de seleção mais inclusivos e democráticos. Para isso, é fundamental superar a lógica meritocrática dos processos de ingresso discente, é necessário também desenvolver estratégias de orientação aos estudantes que almejam uma oportunidade de ensino público federal como, por exemplo, tornar mais claras as regras dos editais, mostrando as formas de acesso através das cotas e ações afirmativas, além das políticas de assistência estudantil, para que o público historicamente excluído tenha de fato pleno acesso ao ensino público federal.

3 METODOLOGIA

Caracteriza-se como pesquisa aplicada de cunho qualitativo e exploratório. Entende-se por pesquisa aplicada aquela que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.” (GERHARDT, 2009, p. 35)

A pesquisa realizada, considerando as diversas etapas, foi qualitativa. Conforme Minayo (2002):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (p. 21-22)

Ainda, considera-se essa investigação de cunho exploratório, uma vez que a pesquisa exploratória:

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão”. (GIL, 2002, p. 41)

O desenvolvimento do trabalho foi baseado na metodologia do estudo de caso aplicado ao Processo de Ingresso Discente do IFRS – *campus* Bento Gonçalves nos anos de 2018/1, 2018/2 e 2019/1, considerando os cursos técnicos e superiores.

Conforme Moreira (2009),

[...] estudo de caso é um termo genérico para a pesquisa de um indivíduo, um grupo ou um fenômeno. Enquanto que as técnicas usadas nessa pesquisa podem variar e incluir tanto enfoques qualitativos como quantitativos, a característica que mais distingue o estudo de caso é a crença de que os sistemas humanos desenvolvem uma completude e integração, isto é, não são simplesmente um conjunto de partes ou de traços. (p. 13)

Além disso, conforme BOGDAN; BIKLEN (1999) os estudos de caso consistem numa observação detalhada de um contexto, indivíduo, acontecimento ou fonte de documentos.

As ferramentas e técnicas utilizadas foram a análise documental, pesquisa bibliográfica, entrevistas e questionários.

A análise documental considerou os documentos do IFRS que regulam e definem as políticas institucionais relacionadas ao ingresso discente. Conforme, (GERHARDT, 2009), a análise documental:

É aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não-fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências. (p. 69)

Os sujeitos da pesquisa foram candidatos aos cursos técnicos e superiores no Processo de Ingresso Discente do IFRS – *campus* Bento Gonçalves nos anos de 2018/1, 2018/2 e 2019/1, bem como servidores do referido *campus* diretamente ligados com as ações inerentes a esse processo.

Como refere GERHARDT (2009, p. 69), o questionário “objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado”.

Foram realizados questionários descritivos com servidores do IFRS *campus* Bento Gonçalves, que atuam na Comissão de Ingresso Discente, com o objetivo de identificar a percepção dos mesmos em relação ao Processo de Ingresso Discente do IFRS (APÊNDICE 2).

Duas entrevistas, com perguntas norteadoras, foram realizadas, uma com o servidor que atua no departamento de comunicação da reitoria que trabalha na divulgação do processo seletivo e a outra com o servidor responsável pela Diretoria de Assuntos Estudantis (APÊNDICE 3). Ambos os servidores são lotados na Reitoria do IFRS. O objetivo foi identificar a percepção dos servidores em relação ao Processo de Ingresso Discente do IFRS. Posteriormente, as entrevistas foram degravadas pelo pesquisador.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (MINAYO, 2002, p. 57)

Os questionários foram aplicados, inicialmente, com candidatos às edições de 2018/1 e 2018/2 do Processo Seletivo do IFRS *campus* Bento Gonçalves (APÊNDICE 4), com o objetivo de identificar a percepção de estudantes em relação ao Processo de Ingresso Discente do IFRS, buscando levantar as dificuldades encontradas por eles no transcorrer das etapas do processo.

Além disso, foi também realizado um questionário, de forma eletrônica, aos estudantes que realizaram o processo seletivo 2019/1. A aplicação desse questionário se deu no transcurso do processo, mais precisamente, na etapa das matrículas. Os estudantes tiveram acesso a uma versão prévia do Guia de Acesso, de modo que puderam apontar elementos positivos e também fatores a serem aperfeiçoados no Guia (APÊNDICE 5).

Posteriormente, a partir do aperfeiçoamento do Guia de Acesso, estudantes que realizaram o processo seletivo 2019/1 avaliaram o produto educacional (APÊNDICE 6).

Ressalta-se que as entrevistas foram realizadas presencialmente. Quanto aos questionários, os mesmos foram disponibilizados de forma eletrônica na plataforma *google docs*, de modo que os servidores e os estudantes tiveram acesso aos questionários a partir do e-mail. No caso dos servidores, o questionário foi encaminhado para o e-mail institucional e, no caso dos estudantes, os questionários foram encaminhados para os endereços de e-mail informados pelos próprios estudantes no momento da inscrição do processo seletivo.

4 ANÁLISE DOS DADOS E CONSTRUÇÃO DO GUIA DE ACESSO

A partir do conjunto de dados levantados nos questionários e entrevistas, foi feita a análise dos dados. A análise de dados, conforme Minayo (2002, p. 69), tem a finalidade de

[...] estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte.

Para atingir tal finalidade, com base nos dados coletados nas entrevistas e questionários, foi feita a análise de conteúdo. Tendo, na presente pesquisa, a função de “descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado.” (MINAYO, 2002, p. 74). Embasada na perspectiva da referida autora, a análise foi operacionalizada nas seguintes fases:

- a) Ordenação dos dados: transcrição, organização e mapeamento de todos os dados obtidos.
- b) Classificação dos dados: com base no que será constatado como relevante nos dados, serão elaboradas categorias específicas.
- c) Análise final: articulação entre os dados e o referencial teórico, relação entre o concreto e o abstrato.

O fenômeno do processo de ingresso discente, aqui estudado, foi analisado nas diferentes opiniões e manifestações dos servidores e estudantes que contribuíram com o estudo. Assim, as respostas obtidas foram consideradas tendo em vista a construção do produto educacional (Guia de Acesso), de modo a desenvolver uma forma de orientação sobre o processo seletivo.

Os questionários e as entrevistas foram fundamentais para coletar as percepções contidas nas falas dos atores que vivenciam o fenômeno estudado, sejam os estudantes candidatos ou os servidores envolvidos com o processo seletivo. A pesquisa identificou as principais opiniões, crenças, interesses e expectativas dos sujeitos, sempre levando em consideração as suas vivências.

A partir desse levantamento e coleta de dados foi possível realizar a análise de conteúdo, sendo que, num primeiro momento foi feita a ordenação dos dados, depois a classificação dos mesmos e, por fim, a análise final, a partir da qual foi possível identificar as principais categorias a serem utilizadas no desenvolvimento do produto

educacional.

4.1 Ordenação dos dados

Os dados da pesquisa foram ordenados de acordo com tipo ou instrumento de coleta, os sujeitos envolvidos, o quantitativo de sujeitos no qual a respectiva coleta foi realizada e a quantidade de respostas obtidas.

Quadro 2: Síntese dos instrumentos e participantes da pesquisa

Tipo de coleta	Sujeitos	Quantidade Enviada	Respostas Obtidas
Questionário Descritivo	Servidores que atuam na comissão de processo seletivo	10	8
Entrevista	Servidores envolvidos com o processo seletivo – assistência estudantil e comunicação	2	2
Questionário eletrônico ¹⁴	Candidatos que prestaram os processos seletivos 2018/1 e 2018/2	1529	57
Questionário eletrônico	Candidatos que prestaram o processo seletivo 2019/1	1181	80
Questionário eletrônico avaliativo ¹⁵	Candidatos que prestaram o processo seletivo 2019/1	1181	27

Fonte: Organizado pelo autor

¹⁴ Embora a pesquisa tenha sido caracterizada como qualitativa, é preciso destacar o baixo número de respondentes do questionário aplicado aos estudantes dos processos seletivos 2018/1 e 2018/2 em contraponto aos números de respostas dos candidatos de 2019/1. Atribui-se esse baixo número de respostas ao fato de que, quando foi aplicado o questionário, ambos os processos já haviam sido concluídos e, portanto, os estudantes não estavam mais acompanhando as informações sobre o processo de ingresso discente. No entanto, destaca-se como significativo que 36,5% de respostas foram de estudantes não aprovados nesses processos seletivos, obtendo-se uma margem considerável de opiniões de quem foi reprovado.

¹⁵ Observou-se que o quantitativo de resposta, referente aos questionários aplicados ao mesmo grupo de estudantes, que fizeram o processo seletivo 2019/1, baixou de 80 para 27. Atribui-se essa redução ao fato de o processo seletivo já estar concluído. Nesse caso, os estudantes não estavam mais acompanhando as informações sobre o ingresso discente. Contudo, das 27 respostas do questionário avaliativo, 14 foram de estudantes reprovados, enfatizando a importância da opinião de quem não obteve êxito no sistema de seleção.

4.2 Classificação dos dados

Na sistematização dos dados coletados em cada instrumento, foram selecionados os mais relevantes, de acordo com os objetivos da pesquisa. A partir dessa seleção de dados, foram estabelecidas algumas categorias principais.

Quadro 3: Sistematização das categorias de pesquisa

Tipo de coleta	Sujeitos	Categorias escolhidas
Questionário Descritivo	Servidores que atuam na comissão de processo seletivo	Orientação, Compreensão, Clareza, Linguagem
Entrevista	Servidores envolvidos com o processo seletivo – assistência estudantil e comunicação	Interesse, Informação, Orientação, Cotas, Democratização, Integração, Permanência, Aperfeiçoamento
Questionário eletrônico	Candidatos que prestaram os processos seletivos 2018/1 e 2018/2	Site do <i>campus</i> , Cotas, Informação, Entendimento, Clareza
Questionário eletrônico	Candidatos que prestaram o processo seletivo 2019/1	Site do <i>campus</i> , Informação, Digital, Prova, Matrícula, Cotas, Linguagem, Conteúdo, Entendimento, Compreensão

Fonte: Organizado pelo autor

No questionário descritivo aplicado aos servidores que atuam na comissão de ingresso discente do *campus*, destaca-se a preocupação que os entrevistados têm em esclarecer os estudantes, os quais muitas vezes não compreendem a diversidade de cotas e reservas de vagas. Percebeu-se, no grupo de servidores que responderam ao questionário, a necessidade de orientar com clareza os estudantes a respeito de como se dá a classificação no processo seletivo, a fim de que o mesmo não venha a perder a vaga por erro de inscrição ou desinformação. Observou-se, pelos relatos, a falta de uma referência mais objetiva e de fácil entendimento, que tenha uma linguagem mais próxima dos estudantes, de modo que os mesmos possam se

apropriar das informações referente ao processo de ingresso discente.

Com relação às entrevistas realizadas com os servidores que atuam no Departamento de Comunicação do IFRS e com o servidor que atua na Assessoria de Assuntos Estudantis, foi apontado o importante trabalho que o IFRS realiza na divulgação do processo seletivo nas redes sociais. Percebe-se, pela fala do servidor, que o foco da comunicação no processo seletivo está se deslocando, do campo da simples informação (mostrar os cursos do IFRS) para o da orientação (explicar as formas de ingresso). Foi destacado também a importância das cotas, como forma de democratizar o acesso ao ensino público, e o baixo valor da inscrição e a possibilidade de isenção, possibilitando aos jovens de baixa renda participarem do processo de ingresso discente. Registrou-se também a importância da integração entre o processo de ingresso com a assistência estudantil e a preocupação da Instituição não só com o ingresso, mas também com a permanência do estudante. A entrevista com os servidores destacou a prioridade que se tem com a democratização do acesso e com as ações afirmativas de inclusão. Contudo, ficou evidenciado também as dificuldades que ainda existem para se construir na Instituição um sistema de acesso com menos barreiras e limitações, sobretudo para as pessoas dos segmentos mais desfavorecidos.

O questionário eletrônico aplicado aos candidatos que realizaram os processos seletivos 2018/1 e 2018/2 retratou que a maioria dos que responderam ficou sabendo do processo seletivo a partir do site do *campus* (33,3%), utilizando as redes sociais (27,8%), ou por conhecer alguém que já estuda na Instituição (27,8%). Embora a maioria (71,9%) tenha declarado ler e compreender o edital, 65,1% teve dificuldade na hora de definir a modalidade de seleção (cota). Durante o processo seletivo predomina (91,2%) o site da instituição como local para obter informações sobre as etapas do processo. Destaca-se, nas sugestões apontadas pelos estudantes, a preocupação com o entendimento e a clareza nas informações, ou seja, a necessidade de se compreender melhor o sistema de ingresso. Pelas respostas dos estudantes, ficou caracterizado a importância do site do *campus* para se divulgar e orientar sobre o processo seletivo e novamente foi mencionado a necessidade de compreensão e entendimento do sistema de ingresso.

Os estudantes que prestaram o processo seletivo 2019/1 e que responderam ao questionário eletrônico, ao visualizarem uma versão prévia do Guia de Acesso, destacaram, positivamente, os seguintes itens avaliados: linguagem (32,9%),

conteúdo (19,2%) e visual (16,4%). Dentre os aspectos mais mencionados favoravelmente estão o fácil entendimento e compreensão, bem como a facilidade em ler e visualizar o Guia. Isso reforça a perspectiva inicial do produto em criar um instrumento que facilite a compreensão e oriente as pessoas sobre as formas de acesso e a estrutura da instituição. O tamanho do guia foi o aspecto negativo apontado nas descrições, além de algumas sugestões visuais de design do produto. A ideia inicial não era elaborar um Guia extenso, contudo, devido à necessidade de informar e orientar bem os estudantes, optou-se por um formato mais completo. No entanto, a versão final do Guia foi reduzida, de 50 para 33 páginas, pois foi excluído o guia de cursos, já que o mesmo está no site do *campus*. Em relação ao meio mais utilizado para se orientar durante o processo seletivo, 50% utilizou o site do *campus* e 46,2% responderam que utilizaram o site do ingresso. Percebe-se aí o predomínio da informação digital na obtenção de orientação por parte dos estudantes. A partir desse questionário, foram identificados também os temas que os estudantes têm mais estranhamento/adversidade durante o processo seletivo, sendo que se destacou: a dificuldade em compreender os resultados, em entender o sistema de cotas, saber as datas e documentos de matrícula e a classificação final do processo seletivo. Essas contribuições foram levadas em consideração no aperfeiçoamento da versão final do guia, que foi encaminhada para avaliação.

A partir da coleta de dados, o fenômeno do acesso ao IFRS *campus* Bento Gonçalves aparece retratado com uma forte ênfase no ingresso, ou seja, no que diz respeito ao processo seletivo. Os aspectos da permanência, que incluiriam as ações de assistência estudantil, e o aspecto da qualidade do ensino, onde estariam as ações de ensino, pesquisa e extensão, são muito pouco evidenciados, mostrando que a visão dos sujeitos sobre o acesso está ainda restrita ao processo de ingresso discente. Também fica evidente que os pontos a serem aperfeiçoados dizem respeito à informação e orientação que se dá aos estudantes candidatos. Isso fica reforçado quando os próprios estudantes também declararam ter dificuldade na compreensão e entendimento, em algum aspecto, do sistema de ingresso.

4.3 Análise dos dados

A partir do levantamento e organização dos dados, passamos para a análise das categorias destacadas nas manifestações, tanto de servidores quanto dos

estudantes, articulando com a base teórica sobre a democratização do acesso ao ensino público. Os elementos presentes nas falas dos sujeitos questionados e entrevistados subsidiaram a construção do produto educacional, para isso, as falas foram analisadas considerando a finalidade de desenvolver um Guia de Acesso, conforme os objetivos da pesquisa.

Considerando o objetivo de desenvolver estratégias com vistas à melhoria do processo de ingresso discente, para facilitar o ingresso dos estudantes no IFRS *campus* Bento Gonçalves, as categorias de análise foram divididas em três eixos, seguindo a classificação de Kaplun (2003):

- I. Conceitual: elementos da base teórica e princípios que norteiam o processo de ingresso discente.
- II. Pedagógico: estratégias didáticas de como a orientação e a explicação sobre o ingresso pode ser melhorada.
- III. Comunicacional: meios de transmissão, plataforma ou ferramentas que podem ser utilizadas para disponibilizar o Guia de Acesso.

Categorias do eixo Conceitual:

- a) Acesso: compreensão do acesso ao ensino para além do sistema de ingresso, de modo a incluir no conceito de acesso também a permanência do estudante e a qualidade do ensino.
- b) Igualdade: o acesso ao ensino público precisa considerar também a desigualdade estrutural presente na sociedade brasileira, que se reflete nos sistemas de ensino, por isso, a ênfase nas ações afirmativas e reservas de vaga para estudantes provenientes das escolas públicas.
- c) Democratização: o conceito reflete uma concepção de democracia que não está dada e concluída, mas precisa ser construída e efetivada. Diz respeito a expansão do pleno acesso ao ensino público de qualidade, que exigem ações concretas do poder público para atender essa finalidade.

Categorias do eixo Pedagógico:

- a) Orientação: o Guia de Acesso foi estruturado com a intenção de orientar os estudantes, ou seja, sendo mais que uma forma de divulgação, sua finalidade é explicar as maneiras de ingressar na instituição e melhorar o acesso do futuro estudante.

- b) Entendimento: o Guia de Acesso deve ajudar as pessoas no entendimento das diversas modalidades de acesso, as ações afirmativas, as cotas, as estratégias de permanência e as estruturas oferecidas aos estudantes.
- c) Compreensão: entre a finalidade de ingressar na instituição e a intenção inicial de buscar os meios necessários para atingir tal fim, o Guia de Acesso servirá como ferramenta de mediação, contribuindo para a compreensão dos futuros estudantes, mostrando os diversos meios e formas de acesso.

Categorias do eixo Comunicacional:

- a) Site: o site do *campus* Bento Gonçalves foi detectado na pesquisa como uma das principais fontes de informação sobre o acesso. O fato das pessoas acessarem o site durante o decorrer do ano, indica a necessidade de uma ferramenta permanente que possa servir de orientação para as pessoas que desejam se informar sobre o acesso à instituição.
- b) Linguagem: Foi constatado pela pesquisa, sobretudo pelas respostas dos estudantes, a necessidade de se construir uma comunicação mais próxima e objetiva, que seja familiar a linguagem do estudante. Desse modo, o desenvolvimento do Guia de Acesso, exige a construção de explicações sobre o sistema de ingresso que sejam de fácil compreensão, evitando, sempre que possível, a linguagem técnica do edital.
- c) Formato digital: para cumprir os objetivos de orientar e facilitar o acesso dos estudantes, o Guia deve ter um formato que contemple todo o conteúdo necessário para orientar sobre as formas de acessar a instituição, sobre as estruturas de permanência e qualidade do ensino, além de trazer informações, de forma clara e objetiva, sobre cada curso ofertado. O formato também deve ter uma linguagem acessível, que facilite o entendimento dos estudantes, e também uma característica visual que estimule a leitura do material. O formato de Guia, em arquivo digital, possibilita também a publicação do mesmo no site da instituição.

4.4 Desenvolvimento do produto educacional

A partir dos elementos citados, foi elaborado o Guia de Acesso, inicialmente, considerando os aspectos conceituais. Dessa forma, foram elencadas as definições e conceitos que seriam fundamentais no Guia. O conteúdo do Guia foi desenvolvido pensando no conceito de acesso, de modo a englobar o ingresso, a permanência e a qualidade do ensino. Por isso, mais que uma explicação do edital, o Guia cumpre a função de apresentar as características e peculiaridades da educação profissional e tecnológica ofertada no IFRS *campus* Bento Gonçalves.

Uma vez definido o aspecto conceitual, passou-se à construção de uma maneira didática e criativa na exposição dos mesmos. Para isso, foi utilizado uma linguagem coloquial, mais amigável para as pessoas que estiverem acessando o Guia. Dessa maneira, o conteúdo do Guia fica exposto de uma forma convidativa, levando as pessoas a se interessarem mais pela instituição.

A partir da classificação dos dados, foi destacada a importância do site do *campus* na busca de informações sobre o processo seletivo. Embora todas as informações do processo seletivo se concentrem no site do ingresso, as pessoas têm uma vinculação forte com a instituição e por isso parecem buscar o próprio site do *campus* para obter orientações. Observou-se que as redes sociais não são consideradas como fontes de orientação, servindo mais como divulgação na etapa inicial do processo. Portanto, optou-se pela utilização de meio digital, disponibilizado o Guia na página do IFRS *campus* Bento Gonçalves.

De uma forma geral, as respostas dadas pelos estudantes que realizaram o processo seletivo 2019/1 apontaram para uma boa receptividade da versão prévia do Guia de Acesso. Isso indica que os elementos estruturais presentes no Guia devem ser reforçados e aperfeiçoados, nesse sentido, a linguagem, o conteúdo, o formato e o visual foram destacados como positivos. Com relação ao tamanho do guia, em que pese haver menções negativas à extensão do produto, reforçamos a ideia de que, a partir do índice do guia, é possível ao usuário decidir qual parte do documento deseja acessar. Além disso, cerca de um terço da versão prévia do guia tratava sobre os cursos, contudo, na versão final essa parte foi extraída, pois o site da Instituição passou a contar com o Guia de Cursos numa aba específica.

Outro elemento que estruturou a construção do Guia, foi a intenção de torná-lo permanente, ou seja, não vinculado a um determinado processo seletivo, mas

disponível sempre na página do *campus*. Como as fases de divulgação do processo seletivo se dividem durante o ano, entre primeiro e segundo semestre, foi identificada a necessidade de uma orientação permanente, não restrita a um determinado processo seletivo. Portanto, o Guia de Acesso é uma forma de orientação permanente, que ficará disponível o tempo todo para as pessoas conhecerem a instituição e as características do ensino ofertado no IFRS.

Após definir o conteúdo, o próximo passo foi dar um visual atrativo ao Guia de Acesso, de modo que o material ficasse esteticamente apreciável. Para isso foi elaborado um design do produto, considerando também a questão da acessibilidade virtual, de modo a garantir acesso pleno ao produto educacional. O Guia foi construído seguindo as recomendações do Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais (2017), elaborado pelo Centro Tecnológico de Acessibilidade do IFRS. Assim, houve a preocupação na descrição das imagens, no uso da fonte, no visual do texto, de modo a proporcionar um acesso pleno, facilitando a navegação por parte dos leitores de tela (programas utilizados pelos cegos), colaborando assim com a inclusão social.

Outro elemento importante foi a linguagem utilizada e a formatação visual do Guia de Acesso. Com o título, “Estude no IFRS BG”, o Guia é um material convidativo que faz uso de uma linguagem coloquial, explicando de forma clara e didática os principais pontos sobre o ingresso, permanência e qualidade do ensino. As cores também foram pensadas no intuito de distinguir os assuntos e temas do conteúdo do Guia, facilitando o leitor compreender o material.

Ao construir o Guia de Acesso observou-se também a utilização da linguagem inclusiva, entendida como uma proposta para construir uma cultura que promova a igualdade de tratamento entre mulheres e homens (TOLEDO, 2018). Dessa forma, evitou-se o gênero masculino como sendo neutro e universal, optando-se pela flexão de gênero. Isso evita o problema da invisibilidade do gênero feminino. "O masculino é masculino e não neutro (...) O conjunto da humanidade está formado por mulheres e homens, mas em nenhum caso a palavra “homem” representa a mulher. Para que a mulher esteja representada é necessário nomeá-la." (FRANCO; CERVERA, 2006)

4.5 Avaliação do produto educacional

A avaliação do produto educacional foi realizada com estudantes que prestaram o processo seletivo 2019/1, essa foi feita com questionário objetivo e um espaço para manifestação livre (APÊNDICE 6). Na intenção de priorizar múltiplas visões sobre o Guia de Acesso, o produto educacional foi disponibilizado em um link para todos os referidos estudantes, incluindo os aprovados e reprovados. Considerando que a participação desses foi voluntária, foi facultado a eles responderem o questionário e apresentarem suas considerações de forma eletrônica, via e-mail, na plataforma *google docs*. Sendo remetida aos 1.181 (mil cento e oitenta e um) candidatos que prestaram o processo seletivo 2019/1. Desse total, contribuíram com a avaliação 27 estudantes.

Os elementos verificados, se basearam na proposta de avaliação coletiva de produtos educacionais, elaborada por Leite (2018). A autora considera os materiais educativos como objetos facilitadores da experiência de aprendizado, e sua elaboração requer pesquisa para conhecer os sujeitos envolvidos no processo. Nessa perspectiva, os produtos educacionais reúnem três características: conceitual, pedagógica e comunicacional. Considerando essa abordagem para avaliar o produto educacional, foi elaborado um formulário a partir dos seguintes eixos:

- a) Estética e organização do Guia
- b) Tamanho e Capítulos do Guia
- c) Linguagem apresentado no Guia
- d) Conteúdo apresentado no Guia
- e) Aspecto didático apresentado no Guia

Dos 27 estudantes que contribuíram na avaliação, 14 foram reprovados na prova e 13 foram aprovados. De um modo geral, a avaliação apontou para mais de 80% de impressões satisfatórias e excelentes no aspecto **estético**. Com relação ao **tamanho**, mais de 51% acharam o Guia satisfatório e 25% excelente. No aspecto da **linguagem**, 48% consideraram excelente, e 40% satisfatório. A respeito do **conteúdo** do Guia, 68% declararam ser excelente e 18% satisfatório. No elemento **didático**, 51% apontaram ser excelente e 37% satisfatório. Portanto, na média, entre os cinco elementos avaliados, mais de 80% opinaram como excelente e satisfatório, demonstrando uma boa aceitação do Guia de Acesso, por parte dos estudantes.

Além disso, comprovou-se ser um documento digitalmente acessível. O Centro de Tecnologia e Acessibilidade do IFRS certificou que o documento foi produzido em conformidade com seu do Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais (SALTON; DALL AGNOL; TURCATTI, 2017), (Anexo 4).

O resultado da avaliação demonstrou que o Guia apresenta uma orientação mais didática, clara e objetiva para facilitar a compreensão do processo seletivo por parte dos estudantes candidatos, contribuindo para aperfeiçoar a divulgação sobre as modalidades de acesso e de seleção, das opções de curso ofertadas pelo IFRS, além de aumentar o interesse dos estudantes pelo processo seletivo do IFRS, dando melhor informação sobre o ensino ofertado pela instituição.

A partir da divulgação do Guia de Acesso, espera-se a redução do número de erros e falhas no processo de inscrição, sobretudo, quanto às modalidades de acesso (cotas), e também a diminuição das desistências dos estudantes nas diversas fases do processo seletivo até a efetivação da matrícula no curso. Dessa forma, o Guia cumpre a função de facilitar o acesso, qualificando o sistema de ingresso discente, informando sobre as formas de permanência na instituição e mostrando como funciona o ensino ofertado nos cursos do IFRS *campus* Bento Gonçalves.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: indicar o caminho para a porta estreita ou alargar as vias de acesso?

Parafraseando a citação bíblica da epígrafe do trabalho, talvez seja mais fácil passar um camelo pelo buraco de uma agulha do que ingressar um estudante pobre num Instituto Federal. É fato que nos últimos anos – com maior investimento em educação pública, expansão da Rede Federal, ampliação de cursos, vagas e modalidades de ensino, além da implementação do sistema de cotas para estudantes egressos de escola pública – houve uma ampliação da democratização no acesso ao ensino público federal. Contudo, é importante ressaltar que os mecanismos meritocráticos de seleção ainda predominam como forma de ingresso. É justamente a partir da utilização do mérito acadêmico como único critério para promover o acesso à educação que se produz a exclusão educacional. Não é só a falta de vagas ou as dificuldades econômicas que levam o pobre a deixar de estudar numa Universidade pública ou Instituto Federal, mas, principalmente, o pressuposto de que o exame de seleção é uma forma justa e igualitária de promover o acesso. Ao contrário, tratando todos como iguais, essas avaliações mascaram as desigualdades, não só econômicas, mas também culturais. Essa injustiça é legitimada nas avaliações meritocráticas dos vestibulares e processos seletivos. Desse modo, o sistema de ensino chancela, pela via formal, as desigualdades reais de caráter econômico, social e cultural.

As desigualdades promovidas pela meritocracia mostram que a porta continua estreita para os mais desfavorecidos. Nesse sentido, o presente estudo, mais do que simplesmente indicar o caminho para essa porta estreita, também buscou alargar as formas de ingresso, na medida em que o Guia de Acesso pode ser visto como uma alternativa para superar as barreiras e limites que são impostas pelos processos seletivos. A construção do Guia de Acesso, como uma estratégia de melhorar a orientação para as pessoas que almejam ingressar no IFRS *campus* Bento Gonçalves, a partir de uma forma mais clara, de fácil entendimento, descomplicando as regras dos editais, qualificou o sistema de ingresso discente, colaborando com a democratização do acesso nos cursos do IFRS *campus* Bento Gonçalves.

No transcorrer da pesquisa foi analisado o processo de ingresso discente aplicado no IFRS *campus* Bento Gonçalves. O fenômeno do acesso ao ensino em EPT foi estudado no intuito de compreender as formas e as estruturas de ingresso na Instituição, tendo em vista o objetivo principal de desenvolver estratégias com vistas

à melhoria do processo de ingresso discente, proporcionado uma compreensão mais clara do processo seletivo, das formas de ingresso e das regras dos editais. Esse estudo apontou que, além da avaliação meritocrática, o estudante se depara com as burocracias dos editais, a dificuldade de entender as formas de ingresso e o sistema de cotas. Isso prejudica o acesso aos cursos, pois muitas pessoas acabam se inscrevendo na opção errada ou não participando do sistema de cotas por falta de informação adequada. Somado a isso, observou-se que as ações de assistência estudantil, as bolsas de auxílio, os projetos de ensino, pesquisa e extensão, eram informações muito pouco divulgadas entre os estudantes candidatos, desestimulando, muitas vezes, o interesse em ingressar na Instituição.

Nesse estudo foi considerado também as políticas públicas de democratização do acesso ao ensino em EPT no contexto das transformações históricas ocorridas na Rede Federal. A expansão das unidades, com a oferta de novos cursos e vagas, gerou uma grande expectativa para a democratização do acesso ao ensino em EPT, sobretudo para os que mais precisam dela e, historicamente, foram excluídos do sistema de ensino público federal. Dessa forma, a partir da reflexão de alguns autores, verificou-se que a simples ampliação de vagas não significa a real democratização no acesso, tendo em vista que os processos seletivos ainda são barreiras para a implementação do acesso pleno na Rede Federal EPT.

O conceito de Acesso que embasou o desenvolvimento do Guia engloba o ingresso, a permanência e a qualidade na formação, entendida como êxito acadêmico. Portanto, o conteúdo do Guia de Acesso privilegiou não somente os assuntos referente as formas de ingresso, mas também tratou de mostrar um pouco da estrutura da instituição, as ações de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, o Guia reservou uma parte para tratar das estratégias de permanência. Nesse ponto foi tratado sobre a assistência estudantil, desde os setores que dão suporte aos estudantes e também uma explicação de como funcionam as bolsas e auxílios estudantis.

A partir da aplicação de questionários e entrevistas com servidores da Instituição e estudantes que participaram dos processos seletivos, pode-se levantar as principais dificuldades com relação ao sistema de ingresso e os elementos mais importantes que deveriam estar presentes no Guia de Acesso. A análise dos dados da pesquisa demonstrou que o site do *campus* é um local de referência na busca pela informação sobre o processo seletivo, além disso, foi constatado a necessidade de um instrumento permanente de orientação e divulgação sobre o acesso ao ensino

ofertado na Instituição. Por isso, concluiu-se pela disponibilização do Guia de Acesso, em formato digital, de forma permanente, no site do *campus* Bento Gonçalves do IFRS.

É importante destacar que o Guia de Acesso está longe de resolver o problema das avaliações meritocráticas. Contudo, esse produto educacional propõe que se encare o acesso para além de um processo seletivo ou vestibular. Isso implica em mudar as práticas institucionais que priorizam a simples *divulgação* para se aprimorar os processos de *orientação* e conscientização, mostrando a gratuidade do ensino, as possibilidades de assistência estudantil, o sistema de cotas e a qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, que são desenvolvidas na Instituição.

Assim, o Guia de Acesso qualifica a forma com que o futuro estudante entra em contato com a Instituição, colaborando para que o ingresso nos cursos e a consequente permanência e êxito, ocorram de forma mais inclusiva, contribuindo para a real democratização do acesso da EPT.

Por fim, não se pode deixar de mencionar que, num contexto de polarização de projetos societários antagônicos, alguns movimentos políticos e econômicos ameaçam os avanços promovidos no campo da democratização do acesso ao ensino público federal. Nesse cenário de disputa, põe-se em cheque as cotas, os orçamentos das instituições federais e, mais grave ainda, a própria gratuidade no ensino público. As portas que se abrem para uma sociedade mais justa e igualitária estão sendo cada vez mais estreitadas. Portanto, para os que lutam pela construção da igualdade e pela promoção da inclusão social, além do posicionamento crítico, também as ações concretas e estratégias educacionais, a exemplo do Guia de Acesso, são fundamentais para a superação da lógica da competição, predominante no discurso da meritocracia, pela lógica da solidariedade.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. F. V. PACHECO, E. M. (2017). Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como Política Pública. In: ANJOS, M. B. RÔSAS, G. (Orgs.) **As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Natal: IFRN, 188p. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1510/SE%CC%81RIE%20REFLEXO%CC%83ES%20NA%20EDUCAC%CC%A7A%CC%83O.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: jun. 2019.
- ALVES, Rubem. **A utopia do fim do vestibular**. Folha Online - Sinapse - 28/10/2003 e 25/11/2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u608.shtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u645.shtml>> Acesso em: jun. 2019.
- AMBROSINI, Tiago Felipe; ESCOTT, Clarice Monteiro. O Acesso à Educação Profissional e Tecnológica: da meritocracia à democratização. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 16, p. 7852, 2019. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7852/pdf>> Acesso em: jun. 2019.
- BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Vestibular e Enem: um debate contemporâneo. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro, v.22, n. 85, p. 1057-1090, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n85/v22n85a09.pdf>> Acesso em: jun. 2019.
- BEZERRA, Mirthyani. **Brasil não é único a ter exame nacional. Conheça outros "enems" pelo mundo**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/10/31/brasil-nao-e-unico-a-ter-exame-nacional-conheca-outros-enems-pelo-mundo.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: jun. 2019.
- BOGDAN, Roberto C.; BICKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em Educação**. Portugal, Porto: Porto Editora ,1999.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 9º ed. Petrópolis – RJ: 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: jun. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria Ministerial N.º 438**, de 28 de maio de 1998. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Brasília, DF, 1º jun. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parecer CNE/CP n.º 98**, de 6 de julho de 1999. Regulamentação de Processo Seletivo para acesso a cursos de graduação de Universidades, Centros Universitários e Instituições Isoladas de Ensino Superior. Conselho Nacional de Educação, DF, 1999.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711** de 29 de agosto 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: jun. 2019.

CARTA CAPITAL. **12 retrocessos em 12 meses de Temer**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/12-retrocessos-em-12-meses-de-temer>> Acesso em: jun. 2019.

CARTA CAPITAL. **Educação em disputa: 100 dias do governo Bolsonaro**. Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/educacaoemdisputa/educacao-em-disputa-100-dias-de-bolsonaro/>> Acesso em: jun. 2019.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. “Democratização do ensino” revisitado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 327-334, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a11.pdf>> Acesso em: jun. 2019.

COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda; MELO, Frederico Luiz Barbosa de. Inovações socioeducacionais e os processos seletivos dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação & Tecnologia**, 15(3), 2011. Disponível em: <<https://periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/viewFile/278/279>> Acesso em: jun. 2019.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004. Tradução: Édi Gonçalves de Oliveira e Sérgio Cataldi. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>> Acesso em: jun. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica (EPT) com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produção do conhecimento em educação num contexto de estado de exceção e interdição dos direitos. **HOLOS**, v. 5, p. 245-258, 2018. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6977/pdf>> Acesso em: jun. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

IFRS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Política de Ingresso Discente do IFRS**. Disponível em: <<http://ww1.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2017617191741878pid.pdf>> Acesso em: jun. 2019.

IFRS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Edital Nº 29/2018. Processo Seletivo Unificado para ingresso discente no semestre 2018/2 nos cursos superiores de graduação dos campi do IFRS**. Disponível em: <https://ingresso.ifrs.edu.br/2018-2/wp-content/uploads/sites/14/2018/04/Edital-Superior-Retificado-em-19-07-2018.pdf> Acesso em: jun. 2019.

FRANCO, Paki Venegas; CERVERA, Julia Pérez. **Manual para o uso não sexista da linguagem**: O que bem se diz... bem se entende. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República: Observatório de gênero, 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>> Acesso em: jun. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KAPLÚN, Gabriel. Material Educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, (27) 46 a 60, maio/ago. 2003. Disponível em: <<file:///C:/Users/tiago.ambrosini/Downloads/37491-Texto%20do%20artigo-44089-1-10-20120809.pdf>> Acesso em: jun. 2019.

KUENZER, Acacia Zeneida. EM e EP na produção flexível A dualidade invertida. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 43-55, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/46/43> Acesso em: jun. 2019.

KUENZER, Acacia Zeneida. As políticas de Educação Profissional: uma reflexão necessária. In: Moll, J. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010, 312p.

LEITE, Priscila Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **CIAIQ2018**, v. 1, 2018. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>> Acesso em: jun. 2019.

MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, Marco A.; ROSA, Paulo R. S. **Pesquisa em Ensino: métodos qualitativos e quantitativos**. Porto Alegre: Instituto de Física, UFRGS, 2009.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração. **Holos**, Ano 23, Vol. 2 – 2007. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>> Acesso em: jun. 2019.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade**, Campinas. 2002; 23 (78): 16-36. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378>> Acesso em: jun. 2019.

RAMOS, Marise. Projetos Societários em disputa no Brasil Contemporâneo: a universalização da Educação básica e a educação profissional. In: MOURA, Dante Henrique. **Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas**. Natal: IFRN, 2016. 244 p.

SALTON, B. P.; DALL AGNOL, A.; TURCATTI, A. **Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais**. Bento Gonçalves: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Centro de Estudos Sociais, 1999. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>> Acesso em: jun. 2019.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Democratização do ingresso na educação superior: liames com a teoria marxista. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.19, n.39, p. 409-428, mai./ago.2013a. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4152/3806>> Acesso em: jun. 2019.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 727-747, nov. 2013b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-40772013000300011&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: jun. 2019.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, qualidade e crise da educação Superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302010000400010> Acesso em: jun. 2019.

TOLEDO, Leslie Campaner de. **Manual de Linguagem Inclusiva para editais de concursos públicos (seleção pública) do IFAL**. IFAL, 2018. Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/noticias/comite-pro-equidade-do-ifal-disponibiliza-versao-eletronica-de-manual-de-linguagem-inclusiva/manual-linguagem-inclusiva-1.pdf>> Acesso em: jun. 2019.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da. Os Mecanismos de Seleção e o Discurso da Democratização do Acesso na Perspectiva das Políticas Educacionais. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.22, n.1, p. 44-59, jul.-dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/viewFile/17779/10144>> Acesso em: jun. 2019.

APÊNDICE – PRODUTO EDUCACIONAL

DESCRIÇÃO

Trata-se de um produto educacional, na forma de um Guia, material textual e interativo conforme classificação da Área de Ensino da CAPES, que apresenta a Instituição, no caso o IFRS *campus* Bento Gonçalves, descrevendo as formas de ingresso, os cursos, vagas, modalidades de seleção, sistema de cotas, assistência estudantil, projetos de ensino, pesquisa e extensão e a estrutura da Instituição.

O formato do Guia de Acesso é digital e ficará disponibilizado, de forma permanente, na página do *campus* Bento Gonçalves.

O Guia também conta com certificado de acessibilidade digital. Isso significa que o documento está de acordo com as regras de acessibilidade, tendo sido produzido em conformidade do Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais, do Centro de Tecnologia e Acessibilidade do IFRS (SALTON; DALL AGNOL; TURCATTI, 2017).

O tamanho e o conteúdo do Guia foram dispostos de modo a contemplar os assuntos que abrangem o conceito de Acesso, ou seja, o ingresso, a permanência e qualidade no ensino. Dessa forma, o Guia é composto das seguintes partes: primeiramente, mostra como ingressar na Instituição; a seguir expõe mais detalhadamente sobre o processo seletivo; conta também com um capítulo sobre as ações de permanência, como os projetos e bolsas de assistência estudantil; por fim, trata da qualidade do ensino, falando da estrutura da Instituição e das ações de ensino pesquisa e extensão.

A linguagem e o visual do Guia foram elaborados no intuito de facilitar a compreensão dos estudantes que acessarem o documento. Entende-se que uma linguagem mais informal contribui também para melhorar o entendimento sobre alguns aspectos contidos nos editais que, por utilizarem uma linguagem mais técnica, acabam não sendo acessíveis para a maioria das pessoas. O uso de cores, de imagens e uma fonte maior, que facilita a leitura, deixam o Guia com um aspecto estético mais convidativo, atraindo a atenção dos estudantes que o visualizarem.

FINALIDADE

O Guia de Acesso tem por finalidades:

- Aperfeiçoar a divulgação e orientação sobre as modalidades de acesso e de seleção, além das opções de curso ofertadas pelo IFRS;
- Aumentar o interesse e a compreensão dos estudantes sobre o processo seletivo do IFRS, dando informação mais claras sobre o ensino ofertado na Instituição, tornando as informações presentes nos editais compreensíveis para um maior número de pessoas;
- Conscientizar as pessoas sobre as cotas e ações afirmativas, além de mostrar as possibilidades que o estudante terá através de bolsas de assistência estudantil e projetos de ensino, pesquisa e extensão.

JUSTIFICATIVA

A fim de que a intencionalidade das políticas públicas de ampliação e democratização do acesso se efetive, é necessário um conjunto de esforços mais direcionado, no sentido de melhorar a comunicação e a compreensão dos candidatos sobre os editais e regramentos que norteiam o processo de ingresso discente. Nesse sentido, um produto educacional, que visa orientar de forma mais clara e didática aos estudantes sobre o processo seletivo do IFRS, tem sua importância e relevância na perspectiva das políticas públicas de democratização e ampliação do acesso ao ensino público federal. Os Institutos Federais, criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, tem como finalidade ofertar educação pública, gratuita e de qualidade. A democratização do acesso e a redução das desigualdades são princípios norteadores dessas instituições, por isso, aperfeiçoar e facilitar o processo de ingresso só tem a contribuir com essa finalidade.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais, ampliou significativamente os cursos e vagas ofertadas nesse segmento educacional. Essa expansão contrasta, por vezes, com a dificuldade no preenchimento de vagas e com processos seletivos cada vez mais disputados, que muitas vezes excluem os estudantes pobres, provenientes das escolas públicas. Um dos fatores que leva a esse problema refere-se à complexidade dos processos seletivos, com editais pouco acessíveis e compreensíveis pelos estudantes, estes, não raro, tem dificuldade de entender o sistema de ingresso e

também pouco compreendem o sistema de reserva de vagas para o ensino público.

Considerando os princípios da democratização do acesso ao ensino público, mostra-se necessário a utilização de um Guia de Acesso, a fim de contribuir para o ingresso dos estudantes, orientar os candidatos sobre as regras do certame, conscientizar sobre o sistema de cotas (Lei nº 12.711 de 29 de agosto 2012), melhorar o desempenho e a permanência do estudante e promover a vinculação e identificação dos estudantes com o curso e a instituição.

BASE TEÓRICA

A construção do Guia de Acesso foi fundamentada nas discussões dos temas da democratização do acesso no ensino público brasileiro, nas políticas públicas da EPT e nas questões relativas à igualdade e desigualdade na educação pública brasileira.

Ao explicar de que forma ocorre a relação igualdade e desigualdade, inclusão e exclusão, na sociedade capitalista contemporânea, SANTOS (1999) expõe que as políticas públicas do Estado Capitalista não resolvem a desigualdade e a exclusão, que tem suas raízes no princípio regulatório do sistema capitalista. Assim, também podemos compreender melhor as políticas de ampliação do acesso ao ensino público. Na medida em que ampliam e estendem direitos a grupos que antes não conseguiam ingressar numa instituição de ensino, esses grupos saem do sistema de inclusão-exclusão. Contudo, são inseridos no sistema igualdade-desigualdade, pois dentro dos sistemas educacionais haverá ainda uma hierarquia a separar os indivíduos. Portanto, o acesso pode resolver o problema da exclusão, mas ainda não atinge a questão da desigualdade.

DIAS SOBRINHO (2010), expressa de que modo a educação como bem público se contrapõe a visão de mercado, este toma a educação como sendo um produto e o estudante um cliente. Somado a isso, o mercado está pautado pelo critério da qualidade, que visa atender às expectativas dos setores empresariais, formando mão-de-obra barata. Numa sociedade que produz a exclusão social, o Estado Democrático tem o dever de priorizar ações que visem reduzir as desigualdades sociais, econômicas, culturais e educacionais. O problema das políticas sociais de ampliação e democratização do acesso é que elas não são estruturais, mas sim específicas, sendo que o principal fator de exclusão da sociedade brasileira é a pobreza. Além disso, as políticas de ações afirmativas apenas inserem novos alunos

para dentro das instituições, mas não alteram as formas pedagógicas de ensinar.

O desempenho escolar não depende do esforço individual, mas é determinado pela origem social dos alunos, como demonstra BOURDIEU (2007). A educação não é baseada na justiça social, meritocracia e igualdade de oportunidades, mas sim num sistema que legitima e reproduz a desigualdade educacional e social. O indivíduo possui uma bagagem herdada, que inclui o capital econômico, social e cultural. Sendo que o capital cultural é o elemento de maior impacto na definição do destino escolar do indivíduo, pois ele é determinante na aprendizagem de conteúdos e domínio dos códigos escolares.

Além de que, o capital cultural favorece o sucesso escolar, porque traz mais vantagens nos *processos de avaliação*, pois esses são, na verdade, *juízos culturais*, mais do que escolares, conforme NOGUEIRA e NOGUEIRA (2002). Assim, o capital econômico e o capital social, são meios para as famílias adquirirem e acumularem mais capital cultural, na medida em que podem frequentar determinados estabelecimentos de ensino e ter acesso aos bens culturais de maior valor. Apesar da cultura escolar transmitida não ter valor universal, ela é considerada como universalmente válida por todos. O arbítrio cultural se torna cultura legítima. A cultura escolar é a cultura da classe dominante, que com o sistema de ensino, passa a ser legitimada e universal. Contudo, a cultura escolar, para que alcance o objetivo da legitimação, apresenta-se como neutra pela autoridade escolar. Assim há uma dissimulação do caráter arbitrário e dominante da cultura escolar.

Ao abordar as noções de justiça e igualdade relacionadas à escola, DUBET (2004), aponta que nas sociedades democráticas o mérito sempre foi utilizado pela escola como critério de justiça. Contudo, sabe-se que o critério do mérito esbarra no problema da igualdade de oportunidades. Numa sociedade onde há divisão e desigualdade, social, econômica e educacional, não haverá uma competição justa, ou seja, alguns sairão na frente na disputa. Mesmo garantido o acesso à educação básica, não significa que serão reduzidas as diferenças. A universalização do acesso é apenas uma condição formal da igualdade de oportunidades, as diferenças materiais continuam a determinar o sucesso/fracasso escolar. Entender o sistema de ensino, com as suas avaliações e seleções, na perspectiva de uma justiça que acolha os vencidos, implica em não valorizar somente o desempenho e passar a dar mais atenção à maioria dos menos favorecidos que são reprovados e culpados pelo seu fracasso.

Ao analisar o acesso ao ensino público a partir da noção de democratização SILVA e VELOSO (2013a) manifestam que a democracia é usufruir coletivamente dos bens produzidos socialmente. Nesse sentido, numa democracia capitalista a partilha da riqueza ocorre somente de forma parcial. A partir disso, entende-se que a democratização significa um processo de construção da democracia.

CARVALHO (2004) mostra que não há divergências entre educadores quanto a proposição da ideia de democratização, mas sim nas formas históricas e concretas no qual esse ideal se materializa. Existe um certo conflito de como a democratização pode ser entendida: escola pública para todos ou formação de cidadão livres, assim sendo o autor enfatiza a necessidade de se definir, além do plano teórico, as práticas sociais que estarão vinculados ao significado proposto. Nessa perspectiva, ele defende a democratização como política pública, ou seja, ações que visem ampliar o acesso e a permanência na escola pública.

Os mecanismos utilizados pelas instituições para selecionar e classificar os estudantes também devem ser considerados quando se analisa o acesso e a democratização ao ensino público, conforme enfatizam VELOSO e LUZ (2013). O mérito sempre foi o critério e o mecanismo utilizado para selecionar os estudantes, sobretudo, para o ensino superior.

Ao se considerar o acesso a partir dessas dimensões: ingresso, permanência e qualidade, observa-se que as análises de SILVA e VELOSO (2013a e 2013b) trazem maior precisão a categoria 'acesso', apresentando um entendimento mais amplo do significado desse conceito no contexto das políticas educacionais. Enfatizam, ainda, que no caso do acesso ao ensino público, não basta considerar a etapa do ingresso (do processo seletivo), mas sim levar em conta a dimensão da permanência do estudante e também para a qualidade da formação.

Vale ressaltar que nos processos de ingresso nas instituições de Rede Federal EPT, nos cursos técnicos e superiores, o ingresso se dá mediante formas de seleção e classificação, conforme verificado por COUTINHO e MELO (2011). Nesse sentido, muitos cursos técnicos ofertados pela Rede, tem historicamente um alto índice de disputa e seletividade. As avaliações meritocráticas distorcem a função social das instituições que compõe a Rede Federal EPT.

Conforme observado por KUENZER (2011), a situação da escola média brasileira, de ensino propedêutico precário, é destinada majoritariamente para a classe trabalhadora, já a educação profissional e tecnológica de qualidade, ofertada

pela Rede Federal, acaba sendo usufruída muitas vezes pelos jovens da classe média. No ensino médio técnico da Rede Federal os jovens encontram uma educação integral que possibilita um futuro ingresso no mundo do trabalho e a continuidade dos estudos em nível superior. Dessa forma, é fundamental democratizar o acesso à educação profissional e tecnológica para a classe trabalhadora, a fim de que também tenham condições de usufruir de um ensino de qualidade.

O quadro teórico a respeito do acesso ao ensino público aponta para uma compreensão crítica das noções de inclusão, igualdade, acesso, democratização e meritocracia. Embora as políticas públicas promovam a ampliação das vagas – com a criação das reservas para o ensino público, as políticas de assistência e acessibilidade – não se pode deixar de considerar que os processos de ingresso ao ensino público estão entrelaçados num sistema que, ao mesmo tempo em que incluem, reforçam os critérios meritocráticos e seletivos, responsabilizando o indivíduo pelo seu fracasso ou sucesso acadêmico.

A questão acerca da desigualdade e da exclusão está na estrutura da sociedade, de modo que as instituições educacionais cumprem uma dupla função, seja para manter e reproduzir as desigualdades ou, através de políticas públicas emancipatórias, superar as condições de exclusão. Nesse sentido, ampliar e democratizar o acesso ao ensino público é algo fundamental aos que desejam uma sociedade mais justa e igualitária.

A fundamentação teórica do produto educacional apontou para a necessidade de se desenvolver, junto às instituições da Rede Federal de EPT, ações e estratégias que visem tornar os sistemas de seleção mais inclusivos e democráticos. Para isso, é fundamental superar a lógica meritocrática dos processos de ingresso discente, além da necessidade de desenvolver estratégias de orientação aos estudantes que almejam uma oportunidade de ensino público federal como, por exemplo, tornar mais claras as regras dos editais, mostrando as formas de acesso através das cotas e ações afirmativas, além das políticas de assistência estudantil, para que a camada da sociedade historicamente excluída tenha de fato pleno acesso ao ensino público federal.

APLICAÇÃO

O produto educacional desenvolvido foi aplicado junto aos estudantes que almejam ingressar na instituição no processo seletivo 2019/1. Para a construção do

Guia também fizeram parte da pesquisa os estudantes candidatos aos processos seletivos de 2018/1 e 2018/2. Os servidores que atuam na comissão de ingresso discente também colaboraram na construção do produto.

O Guia de Acesso é uma ferramenta para melhorar o acesso numa Instituição da Rede Federal EPT, ele pode ter sua divulgação digital na página da respectiva Instituição, sendo uma forma de orientação permanente para os que desejam se informar sobre as formas de acesso e sobre a natureza do ensino ofertado. Conforme exemplo abaixo. Link da página teste:

<https://tiagoambrosini.wixsite.com/ifrs-bg-guiadeacesso>

Página inicial:

The screenshot shows the homepage of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Bento Gonçalves. The page has a green header with navigation links: BRASIL, Serviços, Simplifique!, Participe, Acesso à informação, Legislação, Canais. There is a search bar and social media icons. The main content area features three news articles:

- PréIF - Inscrições em breve**: Geral - 11 de junho de 2019. Na próxima segunda-feira, 17 de junho, o campus Bento Gonçalves abrirá as inscrições para o PréIF. Desde 2016, o PréIF é um curso de extensão preparatório gratuito, organizado por estudantes [...]
- Torneio de Taco integra estudantes do campus**: Geral - 7 de junho de 2019. Ocorreu nos dias 28 e 30 de maio, sob a coordenação da professora Cibele Alves dos Santos, um torneio de taco envolvendo estudantes dos cursos integrados. Ao todo foram 12 [...]
- Niepech realiza segundo encontro do "Ciclo de Conversas Humanidades em Debate"**: Geral - 7 de junho de 2019. Aconteceu nesta quarta-feira, dia 5, a segunda atividade prevista para este ano no âmbito do "Ciclo de Conversas Humanidades em Debate". O encontro foi realizado na Sala de Audiovisuais 1, [...]

Below the news articles is a banner for "Mural de Oportunidades - IFRS" with a "CLIQUE E ACESSE" button. At the bottom, there is a footer with the "Campi IFRS" logo and a list of campuses: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis, Viamão.

Página do Guia de Acesso:



OLÁ ESTUDANTE!

Já pensou em realizar um curso técnico ou de graduação 100% gratuito numa instituição pública federal?

Além disso, participar de programas de ensino, pesquisa e extensão, podendo obter bolsas e diversas modalidades de auxílios estudantis?

Se a sua resposta for SIM, então esse Guia é essencial para você começar seu caminho de estudos.

O Guia de Acesso Estude no IFRS BG, foi criado para divulgar o Campus Bento Gonçalves, orientar sobre as formas de ingresso, as estruturas de apoio à permanência do estudante e, sobretudo, mostrar a qualidade do ensino ofertado na Instituição.

Aqui você encontrará informações básicas de como ingressar no IFRS, como funciona o processo seletivo, sobre os cursos e as modalidades de ensino, como fazer a sua inscrição, o que são as cotas e as diversas formas de inclusão que o IFRS BG tem para você.

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul
Campus Bento Gonçalves



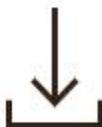
Conheça as Oportunidades que o IFRS BG tem para você!

Faça Cursos Técnicos e de Graduação 100% gratuitos.

ACESSE O GUIA



Guia para baixar



REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 9º ed. Petrópolis – RJ: 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711** de 29 de agosto 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: jun. 2019.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. “Democratização do ensino” revisitado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 327-334, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a11.pdf>> Acesso em: jun. 2019.

FRANCO, Paki Venegas; CERVERA, Julia Pérez. **Manual para o uso não sexista da linguagem**: O que bem se diz... bem se entende. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República: Observatório de gênero, 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>> Acesso em: jun. 2019.

COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda; MELO, Frederico Luiz Barbosa de. Inovações socioeducacionais e os processos seletivos dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação & Tecnologia**, 15(3), 2011. Disponível em: <<https://periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/viewFile/278/279>> Acesso em: jun. 2019.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004. Tradução: Édi Gonçalves de Oliveira e Sérgio Cataldi. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>> Acesso em: jun. 2019.

KUENZER, Acacia Zeneida. EM e EP na produção flexível A dualidade invertida. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 43-55, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/46/43>> Acesso em: jun.

2019.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade**, Campinas. 2002; 23 (78): 16-36. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378>> Acesso em: jun. 2019.

SALTON, B. P.; DALL AGNOL, A.; TURCATTI, A. **Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais**. Bento Gonçalves: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Centro de Estudos Sociais, 1999. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>> Acesso em: jun. 2019.

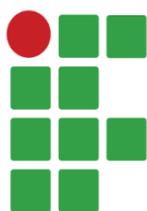
SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Democratização do ingresso na educação superior: liames com a teoria marxista. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.19, n.39, p. 409-428, mai./ago.2013a. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/7595/7055>> Acesso em: jun. 2019.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 727-747, nov. 2013b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-40772013000300011&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: jun. 2019.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, qualidade e crise da educação Superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302010000400010> Acesso em: jun. 2019.

TOLEDO, Leslie Campaner de. **Manual de Linguagem Inclusiva para editais de concursos públicos (seleção pública) do IFAL**. IFAL, 2018. Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/noticias/comite-pro-equidade-do-ifal-disponibiliza-versao-eletronica-de-manual-de-linguagem-inclusiva/manual-linguagem-inclusiva-1.pdf>> Acesso em: jun. 2019.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da. Os Mecanismos de Seleção e o Discurso da Democratização do Acesso na Perspectiva das Políticas Educacionais. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.22, n.1, p. 44-59, jul.-dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/viewFile/17779/10144>> Acesso em: jun. 2019.



INSTITUTO FEDERAL

Rio Grande do Sul

Campus Bento Gonçalves

GUIA DE ACESSO

Estude no IFRS BG

Conheça as Oportunidades que o

IFRS BG tem para você!

Faça Cursos Técnicos e de Graduação

100% gratuitos.

Recado importante

- Esse Guia não substitui a leitura do **Editais do Processo Seletivo**, pois é no Edital que estão as informações oficiais que regem o sistema de ingresso.
- O IFRS concentra todas as informações sobre o processo de ingresso discente no site ingresso.ifrs.edu.br
- Nesse site você encontrará informações sobre cada Processo Seletivo já realizado, tais como:



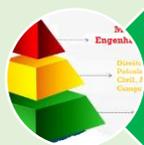
Editais



Cronograma



Guia de Cursos



Relação candidato/vaga



Provas e Gabaritos Anteriores

O que você encontrará por aqui!

Se preferir, acesse diretamente o assunto de seu interesse a partir dos links abaixo:

ENSINO FEDERAL

GRATUITO

E DE QUALIDADE

ENSINO PÚBLICO GRATUITO E DE QUALIDADE

Como Ingressar no IFRS BG

Outras Formas de Ingresso

Cursos e Vagas

Modalidades de curso

PROCESSO SELETIVO

Isenção de Taxa

Sistema de Cotas

Inscrição

Prova

Resultado

Matrícula

Pré-IFRS

COTAS

Processo Seletivo

PERMANÊNCIA

Assistência Estudantil

Programas de Apoio



QUALIDADE NO ENSINO

Ensino Pesquisa e Extensão

Bolsas de Ensino Pesquisa e Extensão

Estrutura do IFRS BG

Espaços Democráticos e de Inclusão



Ensino público gratuito e de qualidade

O IFRS não cobra nenhuma mensalidade. Todos os cursos são 100% gratuitos. O Instituto Federal do Rio Grande do Sul oferece educação pública, gratuita e de qualidade.

Como Ingressar no IFRS BG

Para ingressar em um dos cursos técnicos ou de graduação, é preciso ser aprovado/a num **Processo Seletivo**.

- Se você deseja um curso **Técnico integrado ao ensino médio**, deverá realizar uma **prova**, que ocorre no processo seletivo do final do ano.
- Se você deseja um curso **Técnico subsequente ao ensino médio** ou algum **Curso Superior**, existem dois processos seletivos: na metade do ano e no final do ano. Em cada processo, o/a estudante terá três opções:
 - I – Utilizar a Nota do Exame Nacional do Ensino Médio (**ENEM**);
 - II – realizar uma **prova** (vestibular);
 - III – concorrer nas duas modalidades: Prova e nota do ENEM.

Para quem concluiu ou está concluindo o ensino fundamental

Para quem concluiu ou está concluindo o ensino médio

É válido qualquer ENEM feito nos últimos cinco (5) anos

Vale lembrar que o IFRS não participa mais do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Outras formas de ingresso

Se você já cursa alguma faculdade ou já é formado/a, fique atento a essas outras duas opções de ingresso:

Transferência

O/a estudante regularmente matriculado/a que pretende **trocar** de **curso**, de **campus** ou mesmo de **instituição** de ensino, pode solicitar transferência. As transferências são aceitas somente para cursos no mesmo nível e modalidade e mediante a existência de vagas.

Ingresso de Diplomado/a

Quem tem **diploma de curso superior** pode solicitar matrícula nos cursos do IFRS. Os pedidos serão atendidos caso existam vagas após a conclusão dos processos de transferência.

A transferência e o ingresso de diplomado/a obedece aos prazos estabelecidos no calendário acadêmico e/ou em editais específicos.

Todas as informações e publicações de editais para transferência e ingresso de diplomados são encontrados no site do IFRS BG:

ifrs.edu.br/bento

Outras formas de ingresso

Regime de Matrícula

Os/as estudantes que ingressam via transferência ou diplomados/as, farão a matrícula por disciplina, conforme a disponibilidade de vaga, de acordo com o semestre letivo.

Aproveitamento de Estudos

Após a matrícula o/a estudante pode solicitar aproveitamento de disciplinas, mediante apresentação de documentação específica. Os pedidos serão analisados pelos professores do curso e, em caso de equivalência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdo e carga horária, o/a estudante obterá o aproveitamento da disciplina.

Os procedimentos de matrícula e aproveitamento de disciplinas são totalmente gratuitos. Não há cobrança de taxas.

Cursos e vagas

Cursos ofertados para ingresso no **1º semestre:**

Cursos Técnicos integrados ao ensino médio	Vagas	Duração	Período
Agropecuária	60	3 anos	Manhã e Tarde
Informática para a Internet	30	3 anos	Manhã e Tarde
Meio Ambiente	30	3 anos	Manhã e Tarde
Viticultura e Enologia	30	3 anos	Manhã e Tarde
Cursos Superiores de Licenciatura	Vagas	Duração	Período
Física	35	4 anos	Noite
Letras - Português	35	4 anos	Noite
Matemática	35	4 anos	Noite
Cursos Superiores de Tecnologia	Vagas	Duração	Período
Alimentos	30	3 anos	Tarde e Noite
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	30	3 anos	Noite
Horticultura	36	3,5 anos	Noite
Logística	35	3 anos	Noite
Viticultura e Enologia	30	3 anos	Tarde e Noite

Os Cursos Superiores e Técnicos Subsequentes tem ingresso de 50% de vagas via PROVA e 50% via ENEM

Cursos ofertados para ingresso no **2º semestre:**

Cursos Superiores	Vagas	Duração	Período
Bacharelado em Agronomia	30	5 anos	Manhã e Tarde
Licenciatura em Pedagogia	40	4 anos	Noite
Cursos Subsequentes ao ensino médio	Vagas	Duração	Período
Técnico em Administração	30	1,5 ano	Noite
Técnico em Hospedagem	30	1,5 ano	Noite

No [site do Campus](#) você encontra informações sobre cada curso.

[Voltar ao Índice](#)

Modalidade dos cursos



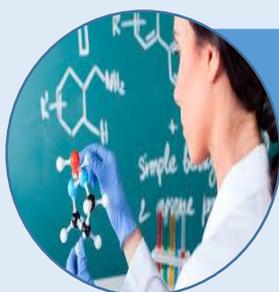
Técnicos Integrados ao ensino médio

- Para quem **NÃO** tem o ensino médio (2º grau);
- Formação integrada de nível médio junto com a formação profissional;
- Tempo integral: aulas manhã e tarde;
- Duração média: 3 anos.



Técnicos Subsequentes ao ensino médio

- Para quem **já tem Ensino Médio** (2º grau);
- Formação técnica específica;
- Duração média: 1,5 anos.



Tecnologias

- **CURSOS SUPERIORES** cuja vocação é atender a demandas específicas do mundo do trabalho;
- Duração média: 2,5 a 3 anos.



Bacharelados

- **CURSOS SUPERIORES** que formam para atuar de maneira mais ampla no mundo do trabalho.



Licenciaturas

- **CURSOS SUPERIORES** que formam para atuar na área da **EDUCAÇÃO**, como professora ou professor de Ensino Fundamental e Médio.

PROCESSO SELETIVO

Para ingressar no IFRS BG você deverá participar de um dos Processos Seletivos: no 1º ou no 2º semestre.

Cada Processo Seletivo tem um **Edital de Seleção**. É importante ler o edital para saber as informações necessárias para participar do processo.

Isenção de Taxa

Os *courses* do IFRS são **totalmente gratuitos**, mas, para realizar a prova do *processo seletivo*, existe um valor a ser pago **de taxa de inscrição**. Porém, existe a possibilidade de **solicitar isenção da taxa de inscrição**.

Quem pode solicitar?

Pessoa de família em situação de **vulnerabilidade socioeconômica (baixa renda)**, ou seja, quando a renda bruta familiar é igual ou inferior a um salário mínimo e meio por pessoa da família (per capita).

Como solicitar?

- Ler o Edital de Isenção
- Preencher os formulários específicos
- Entregar a documentação solicitada.

Cada processo seletivo possui o seu **edital de isenção**, disponível no site

ingresso.ifrs.edu.br

Importante

- ✓ **ENEM = Taxa Zero** – Quem pretende utilizar **somente** a nota do ENEM, não paga nenhuma taxa;
- ✓ **Isenção ≠ Inscrição** – Mesmo obtendo a isenção, é **necessário realizar a inscrição** no site do Processo Seletivo.

[Voltar ao Índice](#)

Sistema de cotas – Reserva de Ensino público

As vagas de todos os cursos técnicos e de graduação do IFRS BG estão divididas entre: **Acesso universal** (50%) e as **Cotas** de Reserva de Ensino Público (50%).

Por **exemplo**, um curso com 30 vagas, terá 15 vagas para acesso universal e 15 para cotas. Essa divisão é aplicada tanto para a seleção via prova como para ingresso via ENEM. Além disso, as vagas de cotas são subdivididas em subgrupos como: renda, pessoa com deficiência e condição étnico-racial.

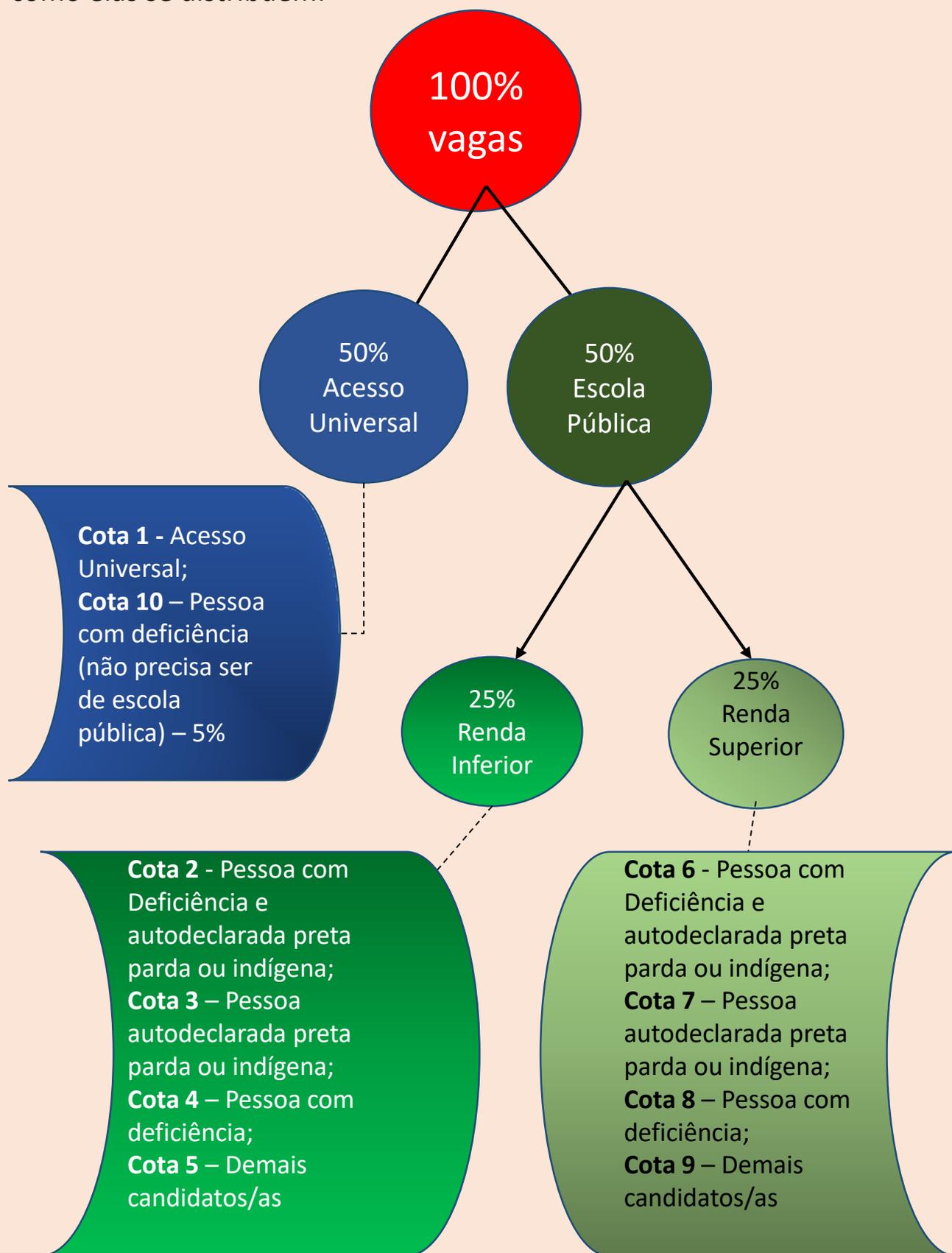
[Veja o Gráfico](#)

Por que foi criado o sistema de cotas?

- Para garantir condições de igualdade;
- Melhorar o acesso ao ensino público federal;
- Dar mais oportunidades para estudantes da escola pública;
- Promover a inclusão dos diversos grupos que compõe a sociedade brasileira: pessoas negras, pardas, indígenas, de baixa renda ou com alguma deficiência.

Sistema de cotas – Modalidades

Existem **10 modalidades de cotas**. Acompanhe o esquema abaixo e veja como elas se distribuem:



Sistema de cotas – Principais Dúvidas

Quem tem direito à cota?

Todos os/as estudantes de escola pública, ou seja, quem cursou integralmente (todos os anos) o Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio em instituição pública (municipal, estadual ou federal).

Estudantes que tenham feito EJA ou obtido a certificação do Ensino Médio através do ENEM, Encceja ou equivalente, tem direito à cota?

Sim, para isso, deverão apresentar também comprovação de ter cursado o ensino fundamental em estabelecimento público, não podendo ter cursado escola particular em nenhum momento.

Quem é de escola particular (mesmo que tenha sido bolsista integral) tem direito à cota?

Não tem direito à cota, ***mas pode participar do Processo Seletivo***. Estudantes provenientes de escolas particulares devem OBRIGATORIAMENTE selecionar a opção Acesso Universal no momento da inscrição.

Sistema de cotas – Principais Dúvidas

Existe cota para estudante de baixa renda?

Sim. As cotas são de dois tipos: metade destina-se a pessoas com renda familiar (bruta) igual ou inferior a um salário mínimo e meio por pessoa; a outra fica reservada aos estudantes de escolas públicas com renda familiar de mais de um salário mínimo e meio por pessoa.

Como saber qual a renda familiar bruta e por pessoa?

Para saber qual o valor da sua **renda familiar bruta**, você deve somar o total de rendimentos das pessoas que compõe a sua família (todos que residem contigo: pai, mãe, irmãos, tios, avós e outros). Depois, pegue esse valor e divida pelo número total de pessoas que moram na mesma residência (incluindo você), o resultado será a **renda familiar por pessoa** (per capita).

Estudante de renda superior tem direito à cota?

Se for de escola pública, **sim**, tem direito à cota. Se não for de escola pública, deve escolher a opção Acesso Universal.

Sistema de cotas – Principais Dúvidas

Como comprovar a baixa renda?

Estudantes que se inscreverem na cota de Renda Inferior, se forem aprovados/as, passarão por **análise socioeconômica** feita por Assistente Social do *Campus*. Para isso, deverão apresentar os documentos de todo o grupo familiar: contracheques, documentos bancários, declaração de imposto de renda, entre outros.

Como funcionam as cotas raciais?

Tanto para as cotas de renda inferior quanto para renda superior, existe uma reserva para pessoas autodeclaradas negras ou pardas e indígenas. Cada percentual de cota é definido segundo o último **Censo Demográfico do IBGE**, tendo por base a população do estado do Rio Grande do Sul.

Estudante negro/a, que se autodeclarare preto/a ou pardo/a, que estudou em escola particular, tem direito à cota?

Não, pois não é proveniente da escola pública. Ao se inscrever no Processo Seletivo, deve selecionar a opção Acesso Universal.

Sistema de cotas – Principais Dúvidas

Como se comprova a autodeclaração étnico-racial?

Estudantes negros/as, que se autodeclararem negros/as ou pardos/as no ato da inscrição, caso aprovados/as, deverão ter, antes da matrícula, a veracidade de sua autodeclaração confirmada por uma **comissão específica do IFRS**.

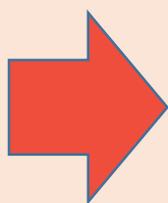
Pessoa com deficiência que estudou em escola particular tem direito à cota?

Sim, tem direito. Deve selecionar a cota 10 (para pessoa com deficiência independente de ser de escola pública). **Pessoas com deficiência**, deverão comprovar a respectiva deficiência através de atestado ou laudo médico original com a Classificação Internacional de Doença (CID), emitido dentro dos últimos doze meses.

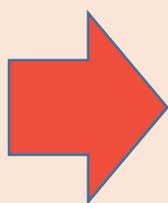
Cotistas concorrem com não-cotistas?

Todos os/as estudantes (cotistas e não-cotistas) disputam, inicialmente, as vagas do **Acesso universal**. Depois, os/as cotistas também concorrem com os demais cotistas que se inscreveram na mesma cota (modalidade de seleção).

Importante



Estudante que se inscrever por meio do sistema de cotas **também** concorre às vagas do acesso universal. Dessa forma, terá **duas oportunidades** para ser selecionado: primeiro, pelo acesso universal, depois, pela reserva de vagas.



Leia atentamente o Edital e considere a sua situação escolar e familiar. Tenha muita atenção ao selecionar a sua opção de cota no **momento da inscrição**, pois, após a homologação das inscrições, não haverá como alterar sua escolha. Isso evitará transtornos futuros.

Inscrições no Processo Seletivo

As inscrições para o Processo Seletivo devem ser feitas pela internet: ingresso.ifrs.edu.br.

No *Campus*, há um computador disponível para se inscrever.

Como fazer

Para fazer a inscrição você deve ter **Identidade e CPF**.

Leia atentamente o **Edital**

Preencha o **formulário de inscrição**, disponível no site do ingresso.ifrs.edu.br

Imprima e pague o **BOLETO** em qualquer banco ou lotérica, exceto se você obteve a isenção de pagamento da taxa de inscrição.

O IFRS só **efetivará a inscrição** após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição ou confirmação da condição de candidato/a isento.

Dica

Caso tenha cometido algum **erro na sua inscrição**, no site da inscrição – ingresso.ifrs.edu.br – há uma opção para você solicitar o cancelamento da inscrição feita. Após confirmar no seu e-mail que realmente deseja cancelar a inscrição, você poderá começar novamente e realizar a inscrição desejada. Ficará valendo a última inscrição feita.

Chegue, no mínimo, com **meia hora de antecedência**.

É OBRIGATÓRIO ter no dia da prova:

- Seu Documento de **Identidade** com foto, atualizado
- **Caneta** esferográfica na cor preta ou azul

Se você tiver alguma **condição especial** ou necessitar de algum **atendimento especializado** para o dia da prova (p. ex. prova ampliada), deverá preencher com antecedência um formulário próprio, conforme o Edital.

A Prova é composta de:

- **Cursos Técnicos:** 40 questões objetivas (duração de 3,5 horas)
- **Cursos Superiores:** 45 questões objetivas mais a redação (duração de 4,5 horas)



O **conteúdo programático**, o dia e o horário das provas estão detalhados no Edital de cada Processo Seletivo. No Edital você encontra também os critérios de classificação e os pesos de cada área do conhecimento que compõe a prova.

Os **locais de prova** são publicados com antecedência no site do

ingresso.ifrs.edu.br

Resultados

De nada adianta estudar, fazer a prova e depois não acompanhar os resultados do Processo Seletivo. Então, acompanhe sempre as publicações dos Gabaritos, Lista de Classificados, Chamadas e demais informações no site do ingresso.ifrs.edu.br

Observação

São eliminados os/as candidatos/as que não acertaram nenhuma questão da prova ou zeraram a prova de redação!!!!

Fique atento a sua **classificação!**

Candidatos/as cotistas concorrem tanto pelo acesso universal, quanto pela reserva de ensino público. É possível verificar a sua pontuação e classificação acessando a **Lista de Classificados**.

O IFRS realiza mais de uma **chamada** para matrícula. Portanto, acompanhe regularmente o site do ingresso.ifrs.edu.br para não perder sua vaga.

Fique atento!

Até o sexto dia de aula, ainda pode haver chamada para matrícula.



Os documentos obrigatórios para **matrícula** estão todos disponíveis no Edital do Processo Seletivo. No dia da matrícula, o/a estudante deverá trazer todos documentos, **originais e cópias**.

Observação

Estudante menor de 18 anos não poderá realizar a matrícula sozinho/a, deverá estar acompanhado/a de pelo menos um **responsável**.

Caso o/a estudante maior de idade não possa estar presente no dia da matrícula, ele/a pode ser representado/a por alguém de sua confiança, desde que este tenha uma **procuração simples** e a documentação necessária para a matrícula.

O/a procurador/a deverá apresentar sua Carteira de Identidade, cujo número deverá constar na procuração.

Atenção

Estudantes cotistas, que ingressarem pelas cotas de Renda Inferior, deverão realizar **análise socioeconômica**. Para isso, devem consultar o Edital e comparecer com a documentação específica.

Matrículas

Regime de Matrícula

Estudantes que ingressarem através do Processo Seletivo serão automaticamente matriculados/as em **todas as disciplinas** do 1º semestre/ano do respectivo curso.

Para os **cursos superiores**, a partir do 2º semestre, no momento da rematrícula, o/a estudante poderá optar quantas disciplinas deseja cursar.

Para os **cursos técnicos** a rematrícula é feita automaticamente para todas as disciplinas do próximo semestre/ano do respectivo curso.

Observação

- Os procedimentos de matrícula são totalmente gratuitos. **Não há cobrança de taxas;**
- Não é exigida lista de **materiais escolares;**
- Os **livros didáticos** são fornecidos pelo MEC.

Saiba mais

Todos os procedimentos que envolvem a vida acadêmica dos/as estudantes (matrícula, sistema de avaliação, currículo, etc) são regidos pela [Organização Didática do IFRS](#).

Dica

Caso você tenha interesse em prestar a prova para algum dos cursos do IFRS, pode fazer um **curso preparatório** na modalidade a distância (EaD) e gratuito.



O que é?

O Pré-IFRS tem como base de conteúdo **provas simuladas** de processos seletivos anteriores e de outras instituições, a maioria resolvida e comentada pelos professores/as, além de **vídeo aulas** e de informações sobre o IFRS.

Quem pode participar?

O curso é aberto à participação de qualquer pessoa. As **inscrições são online e gratuitas**. São três modalidades: para o processo seletivo de cursos técnicos integrados ou concomitantes ao ensino médio; para cursos subsequentes ao ensino médio; e para cursos superiores.

Mais informações e inscrições no site:

ead.ifrs.edu.br

Agora vamos trazer um pouco das **oportunidades** que o **IFRS BG** oferece pra você:

Algumas ações que promovem a permanência dos/as estudantes na instituição:



Auxílios estudantis.

Visam auxiliar os/as estudantes que podem ter **dificuldades de permanência** nas atividades escolares/acadêmicas, devido à várias necessidades, como: aluguel, transporte, alimentação, material escolar, etc.

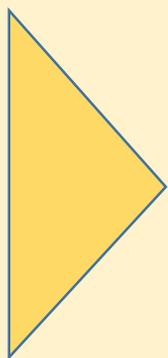


Projetos.

Tem como objetivo contribuir para o bom andamento do processo de ensino e de aprendizagem, onde os/as estudantes podem realizar monitorias, tutorias, programas de iniciação a docência, etc.

Assistência Estudantil

Os cursos do IFRS BG são totalmente gratuitos. Contudo, mesmo não precisando pagar uma mensalidade, muitos estudantes podem ter **dificuldades de permanência** nas atividades escolares/acadêmicas, devido à várias necessidades, como: aluguel, transporte, alimentação, material escolar, etc. Tendo presente essa situação e considerando o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, o IFRS BG possui uma **Política de Assistência Estudantil**.



O/a estudante interessado/a em obter algum auxílio deve acessar a página do *Campus* Bento Gonçalves na aba da [Assistência Estudantil](#) e ler na **íntegra o edital** vigente para a assistência estudantil.

São disponibilizados **Auxílio Permanência** e **Auxílio Moradia**, que poderão ser solicitados e serão deferidos conforme análise socioeconômica e atendimento de critérios. Os valores são repassados conforme disponibilidade orçamentária do Ministério da Educação.

A concessão dos benefícios estudantis **atende prioritariamente:**

- I. Aos **estudantes oriundos da rede pública** de educação básica ou com renda per capita de até um salário mínimo e meio nacional.
- II. Aos **estudantes indígenas e quilombolas** dos cursos técnicos, e aos estudantes em situação de acampamento, situação de rua e membros de comunidades nômades de todas as modalidades de ensino.

Assistência Estudantil

Além dos auxílios estudantis, os/as estudantes do IFRS BG contam com o apoio dos setores que compõe a **Coordenadoria de Assuntos Estudantis**:

Assistência ao Estudante

Esse setor presta **apoio**, promovendo o **inter-relacionamento** dos integrantes da comunidade estudantil, e também **dialoga** com as entidades que representam os/as estudantes.

Psicologia estudantil

O setor de Psicologia cuida do **acompanhamento** dos/as estudantes em seu período escolar, ajudando no crescimento, tanto acadêmico quanto pessoal, proporcionando momentos de reflexão e autoconhecimento. Colabora também nos casos de **dificuldades de aprendizagem**.

Serviço Social

É o setor onde atua a Assistente Social, que realiza o diagnóstico da **situação socioeconômica** e educacional dos/as estudantes, tanto no período de ingresso, quanto nas etapas de seleção para as bolsas de assistência estudantil.

Enfermagem

Na Enfermagem existe uma equipe de profissionais, que prestam **assistência ambulatorial**, em caráter de emergência, além de promover junto a comunidade escolar práticas de **prevenção e promoção da saúde**.

Programas de Apoio

Monitoria

Objetiva contribuir para o bom andamento do processo de ensino e de aprendizagem atendendo, por um lado, estudantes que possuem um bom desempenho acadêmico e, por outro, aqueles que necessitam de apoio em suas dificuldades acadêmicas, proporcionando-lhes condições favoráveis à permanência na Instituição e à conclusão do curso.

Programa de Educação Tutorial (PET)

Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, propicia aos estudantes participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades que complementem a formação acadêmica do/a estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação.

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)

Visa promover a iniciação à docência de estudantes das instituições federais e estaduais de educação superior e preparar a formação de docentes em nível superior, em cursos de licenciatura plena, para atuar na educação básica pública.

Estágio

Os/as estudantes recebem orientação específica e encaminhamento para as empresas e demais setores da economia, onde podem desenvolver, na prática, os conhecimentos aprendidos durante o curso.

Qualidade no Ensino

O que diferencia realmente o IFRS das demais instituições é a **Excelência no Ensino**.

Ensino, Pesquisa e Extensão

Ao ingressar no IFRS BG, você terá acesso a um conjunto de ações que envolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os/as estudantes podem participar de diversos projetos nessas áreas.

Ensino Compreendem os processos educativos, esportivos, artísticos, culturais e científicos com vistas à formação de cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia. As aulas não são nada convencionais, tendo muito diálogo e interação entre professores(as) e estudantes.

Pesquisa Constituem um processo educativo para a investigação, o empreendedorismo e o cooperativismo, visando à inovação e à solução de problemas sociais, culturais, científicos e tecnológicos. Os/as estudantes, junto com seus professores(as), desenvolvem projetos de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento.

Extensão Constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar a relação transformadora entre o IFRS e a sociedade. São diversas ações de extensão que contam com a participação dos/as estudantes: eventos, feiras, visitas técnicas, parcerias com a comunidade, programas de mobilidade estudantil (inclusive no exterior).

Bolsas de Ensino, Pesquisa e Extensão

Uma excelente oportunidade para complementar os estudos em sala de aula e poder receber algum auxílio financeiro através de bolsas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Bolsas de Ensino São ações e projetos de ensino, que concedem bolsas aos estudantes dos cursos técnicos de nível médio e superiores do IFRS. Envolver a prática de monitoria, vivências de inovadoras, práticas de ensino, socialização de saberes, iniciação a docência, ações inclusivas, entre outros.

Bolsas de Pesquisa Visam incentivar a inserção de estudantes do IFRS em atividade de pesquisa e inovação, proporcionando conhecimento de metodologia científica gerando a aprendizagem de técnicas e o desenvolvimento do pensamento científico.

Bolsas de Extensão São programas e projetos de extensão aplicados nas comunidades de abrangência do IFRS. Os projetos podem ser: as atividades de inovação ou extensão tecnológica, as práticas culturais, artísticas e esportivas, bem como as olimpíadas do conhecimento e o desenvolvimento de políticas públicas prioritárias, entre outros.

IMPORTANTE: fique de olho nos editais! As inscrições e seleção obedecem a prazos e regulamentações específicas.

DICA

[Mural de Oportunidades – IFRS](#)

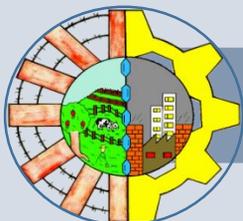
Oportunidades de estágios, trabalhos e bolsas



Mural
de Oportunidades - IFRS

**CLIQUE E
ACESSE**

Estrutura do IFRS BG



Agroindústria

Seção que promove a aprendizagem profissional qualificada e multidisciplinar, construindo o conhecimento através dos processos produtivos tecnológicos, no atendimento e participação nas demandas de aulas práticas, projetos de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvimento e melhoria de produtos e processos, e na produção de alimentos seguros e de qualidade, envolvendo derivados de origem animal e vegetal.



Biblioteca

Possui acervo, distribuídos entre livros, periódicos e materiais audiovisuais de diversas áreas do conhecimento. O acervo está informatizado, proporcionando aos usuários consultas ao catálogo, renovações e reservas pela internet. A Biblioteca está aberta à comunidade externa para consulta local, sendo o empréstimo de materiais restrito aos estudantes, professores(as) e técnicos(as) administrativos do IFRS.



Cooperativa escola

Associação de estudantes regida por eles mesmos, sob a orientação de um coordenador/ra, para a realização de atividades socioeconômicas inspiradas nos princípios cooperativistas, com a finalidade educativa.



Espaços esportivos

Ginásio de esportes, Quadra esportiva e Academia de ginástica.

Estrutura do IFRS BG



Estação experimental

Localizada no Distrito de Tuiuty, tem a finalidade de oferecer suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão do *Campus*. Possui espaços para o desenvolvimento de Produção Animal, Produção Vegetal e Mecanização Agrícola. Ao todo, são 767.420 m² de área, distante 12 km da sede.



Laboratórios

Destinados às atividades práticas das disciplinas e apoio a pesquisa e extensão. São espaços multidisciplinares, sendo das áreas de Alimentos, Bromatologia, Enoquímica, Entomologia, Microscopia, Sementes, Informática, Topografia, Física, Fitopatologia, Microbiologia e Solos. Presta apoio às atividades desenvolvidas na Vinícola-Escola, na Agroindústria e na Estação Experimental.



Recursos audiovisuais

Salas de aula e auditórios equipadas com som, retroprojetores e rede de internet.



Refeitório

Fornecer alimentação balanceada, de boa qualidade e que atende às necessidades nutricionais básicas dos/as estudantes. O Refeitório oferece até duas refeições diárias em dias úteis, sendo: almoço e janta. Para estudantes beneficiados/as pela assistência estudantil e dos cursos integrados, as refeições são gratuitas.



Vinícola Escola

Local onde os/as estudantes podem compreender e aplicar conhecimentos técnicos relacionados com a elaboração de produtos derivados da uva e do vinho.

Espaços democráticos e de Inclusão

No IFRS BG os/as estudantes têm a oportunidade de participar da própria gestão da Instituição, através de Conselhos e Comissões.



O **Conselho de Campus (Concamp)** é o órgão máximo normativo, consultivo e deliberativo do Campus Bento Gonçalves, nesse espaço são tomadas as decisões mais importantes para a Instituição, contando com a participação de três estudantes, que são eleitos a cada dois anos.

Existem também diversas **Comissões** que contam com a representação dos/as estudantes, como de Assistência Estudantil, Avaliação Institucional, Colegiados de Cursos, etc.



**DIRETÓRIOS
ACADÊMICOS**

Os/as estudantes se organizam também nos **Diretórios Acadêmicos**, que têm a finalidade de representar os/as estudantes do *Campus*, defendendo seus direitos e interesses.

Espaços democráticos e de Inclusão



Além disso, existem os Núcleos, onde também tem a presença de estudantes:

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (**NAPNE**), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (**NEABI**) e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (**NEPGS**). São espaços onde são abordados assuntos como a inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas, a valorização étnico-racial, o combate à homofobia, ao sexismo e a todas as formas de discriminação, e a defesa dos direitos humanos.



O **Grêmio estudantil** é uma forma de organização sem fins lucrativos que representam o interesse dos/as estudantes, a fim de desenvolver atividades cívicas, culturais, educacionais, desportivos e sociais.

No **DTG *Cultura sem fronteira***, os/as estudantes realizam atividades artísticas, culturais e sociais.



Entre em contato conosco, ajudamos a resolver suas dúvidas.

Siga o IFRS BG nas **redes sociais:**



Se preferir, mande um e-mail
bento.coperse@bento.ifrs.edu.br



Ou então, ligue pra gente
(54) 3455-3200

Este Guia é um Produto Educacional desenvolvido como resultado de uma pesquisa de mestrado do **Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)**, do IFRS *Campus* Porto Alegre.

Autor: Tiago Felipe Ambrosini

Orientação: Prof.^a Dra. Clarice Monteiro Escott



O trabalho "Guia de Acesso - Estude no IFRS-BG" de Tiago Felipe Ambrosini e Clarice Monteiro Escott está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição- NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Ensino Federal
GRATUITO e de
QUALIDADE



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul
Campus Bento Gonçalves

APÊNDICE 2 – Questionário aos Servidores – IFRS *campus* Bento Gonçalves

Questionário aplicado com os servidores

Objetivo: Identificar a percepção do servidor em relação ao Processo de Ingresso Discente do IFRS.

Sujeitos: servidores que atuam ou atuaram na Comissão de Processo Seletivo do IFRS *campus* Bento Gonçalves e da Reitoria.

Perguntas norteadoras:

1. Fale sobre sua atuação na Comissão de Processo Seletivo, quais as atividades que você desenvolve ou desenvolveu nessa comissão?
2. Qual sua percepção geral sobre a forma de ingresso dos estudantes na instituição?
3. Quais dificuldades organizacionais você identifica no trabalho que envolve o processo de ingresso discente na instituição?
4. Como você vê a compreensão dos candidatos com relação à estrutura do processo seletivo (vagas, cursos, cotas, datas e demais regramentos)?
5. Quais sugestões você teria para melhorar a orientação que a instituição fornece aos candidatos sobre o processo de ingresso discente?

APÊNDICE 3 – Entrevista com Servidores – IFRS Reitoria

Roteiro para entrevista com os servidores

Objetivo: Identificar a percepção do servidor em relação ao Processo de Ingresso Discente do IFRS.

Sujeitos: servidores que atuam ou atuaram na Comissão de Processo Seletivo do IFRS *campus* Bento Gonçalves e da Reitoria.

Perguntas norteadoras:

1. Fale sobre sua trajetória de vida e de formação, onde trabalhou, qual função ocupa hoje no IFRS.
2. Fale sobre vossa atuação no Processo Seletivo, quais as atividades que você desenvolveu nessa área?
3. Qual sua percepção geral sobre a forma de ingresso dos estudantes na instituição?
4. Quais dificuldades organizacionais você identifica no trabalho que envolve o processo de ingresso discente na instituição?

5. Como você vê a compreensão dos candidatos com relação à estrutura do processo seletivo (vagas, cursos, cotas, datas e demais regramentos)?
6. Quais sugestões você teria para melhorar a orientação que a instituição fornece aos candidatos sobre o processo de ingresso discente?

APÊNDICE 4 – Questionários aos Candidatos PS 2018 1 e 2

Questionário para os estudantes

Objetivo: Identificar a percepção dos estudantes em relação ao Processo de Ingresso Discente do IFRS, buscando levantar as dificuldades encontradas por eles no transcorrer das etapas do processo.

Sujeitos: estudantes que ingressaram no IFRS *campus* Bento Gonçalves e realizaram os dois últimos processos seletivos (2018/1 e 2018/2).

1. Para qual curso você se inscreveu no Processo Seletivo do IFRS *campus* Bento Gonçalves?

Bacharelado em Agronomia

Licenciatura em Física

Licenciatura em Letras Português

Licenciatura em Matemática

Licenciatura em Pedagogia

Técnico em Administração

Técnico em Agropecuária

Técnico em Hospedagem

Técnico em Informática para Internet

Técnico em Viticultura e Enologia

Tecnologia em Alimentos

Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Tecnologia em Horticultura

Tecnologia em Logística

Tecnologia em Viticultura e Enologia

2. Em qual ano/semestre você prestou processo seletivo?

2018/1

2018/2

Qual sistema de ingresso você utilizou?

Prova

ENEM

Prova e ENEM

3. Como você ficou sabendo do processo seletivo do IFRS:

Site da Instituição

Redes Sociais (Face book)

Meios de comunicação social – Jornal, TV, Rádio, Revista, etc

Panfletos e cartazes

Fiquei sabendo na minha escola

Fiquei sabendo no meu local de trabalho

Conheço alguém que estuda na Instituição

Conheço alguém que trabalha na Instituição

Outro, qual:

4. Como foi a escolha do curso pretendido:

Já havia escolhido o curso antes de sair o edital

Escolhi o curso que tinha mais chance de ser aprovado (a)

Escolhi o curso que mais se adapta ao meu horário de trabalho

Escolhi o curso que acredito ter mais chance de conseguir um emprego

Escolhi o curso por me identificar com a área de conhecimento

Outro motivo, qual:

5. Antes de realizar a inscrição, você leu o edital ou o manual do candidato?

Sim

Não

6. Se sim, ficou com alguma dúvida ao ler o edital ou manual do candidato?

Sim

Não

Respondi Não na questão 5

7. Se sim, como buscou resposta para a dúvida?

Não marquei Sim na questão 6

Busquei solucionar minha dúvida lendo o edital

Entrei em contato com o *campus* e foi solucionada a minha dúvida

Entrei em contato com o *campus*, mas não souberam responder a minha dúvida

Entrei em contato por e-mail e responderam a minha dúvida

Entrei em contato por e-mail e não responderam a minha dúvida

Outra situação:

8. Quem realizou a sua inscrição?

Eu

Meus pais/responsáveis

Terceiro

9. Se foi você quem realizou a inscrição, qual foi sua maior dificuldade?

Não marquei Eu na questão 8

Tive dificuldades em preencher os dados de identificação

Tive dificuldade em definir qual a modalidade de acesso (prova ou ENEM)

Tive dificuldade em definir qual a modalidade de seleção (reserva de vaga - cotas)

Outra dificuldade:

10. Como foi a forma como você definiu a modalidade de seleção (reserva de vaga)?

Escolhi a primeira opção – Acesso Universal

Li todas as alternativas e explicações e escolhi aquela de acordo com a minha realidade

Li todas as alternativas e explicações, mas não consegui definir com segurança a minha escolha

Fui auxiliado por alguém na escolha da reserva de vaga

Outra forma:

11. Qual meio utilizou para fazer a inscrição?

Não fui eu quem realizou a minha inscrição

Fiz a inscrição no meu computador

Fiz a inscrição no computador de outra pessoa

Fiz a inscrição usado Tablet ou celular

Fiz a inscrição no computador disponibilizado pela instituição

Outra forma:

12. Durante o processo seletivo, qual meio você utilizou para se informar sobre as demais etapas do processo (inscrição, data de pagamento, prova, resultados, matrícula)?

Site da Instituição

Redes Sociais - Facebook

Meios de comunicação social – Jornal, TV, Rádio, Revista, etc

Panfletos e cartazes

Alguém na minha escola me informou

Alguém no meu trabalho me informou

Alguém da Instituição me informou

Outra forma:

13. Ao receber o resultado do processo seletivo, ficou claro pra você a sua colocação e pontuação?

Sim

Não, mas busquei esclarecimento no edital e manual do candidato

Não, mas busquei esclarecimento solicitando mais informações por e-mail

Não, mas busquei esclarecimento solicitando mais informações diretamente na Instituição

Não ficou clara a minha colocação ou pontuação e não consegui ou não tentei buscar esclarecimento

Outra:

14. Se você foi aprovado no processo seletivo, ficou claro para você os documentos, datas e horários para fazer a matrícula?

Não fui aprovado no processo seletivo

Sim

Não, mas busquei esclarecimento no edital e manual do candidato

Não, mas busquei esclarecimento solicitando mais informações por e-mail

Não, mas busquei esclarecimento solicitando mais informações diretamente na Instituição

Não ficou claro os documentos, datas e horários para fazer a matrícula, mas não consegui ou não tentei buscar esclarecimento

Outra:

15. Deixe aqui alguma sugestão, crítica ou opinião sobre a forma como o IFRS *campus* Bento Gonçalves realiza do processo de ingresso discente:

APÊNDICE 5 – Questionários aos Candidatados PS 2019/1

Questionário para os estudantes

Objetivo: Identificar a percepção dos estudantes a partir da proposta de Guia de Acesso (versão prévia).

Sujeitos: estudantes que ingressaram no IFRS *campus* Bento Gonçalves e realizaram o processo seletivo 2019/1.

1. Para qual curso você se inscreveu no Processo Seletivo 2019/1 do IFRS *campus* Bento Gonçalves?

Licenciatura em Física

Licenciatura em Letras Português

Licenciatura em Matemática

Técnico em Agropecuária

Técnico em Informática para Internet

Técnico em Meio Ambiente

Técnico em Viticultura e Enologia

Tecnologia em Alimentos

Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Tecnologia em Horticultura

Tecnologia em Logística

Tecnologia em Viticultura e Enologia

2. Durante o processo seletivo, qual meio você MAIS utilizou para se orientar sobre as etapas do processo, tais como: isenção de taxa, inscrição, prova, resultados, chamadas, matrícula?

Site do IFRS *campus* Bento Gonçalves ifrs.edu.br/bento

Site do Ingresso.ifrs.edu.br

Redes Sociais (Facebook, Instagram)

Meios de comunicação social – Jornal, TV, Rádio, Revista, etc

Panfletos e cartazes impressos

Comparecia presencialmente na Instituição para obter orientação.

Ligava para a Instituição para obter orientação.

Outra pessoa fazia isso por mim (amigo, familiar ou terceiro)

Outro, qual:

3. Quais as principais dificuldades que você teve durante o Processo Seletivo?

Dificuldade para obter mais informações sobre o IFRS, como ingressar, formas de ensino e estrutura da instituição.

Dificuldade para encontrar informações sobre os cursos, número de vagas, turnos de funcionamento, etc

Dificuldade para se inscrever no sistema de inscrição, dificuldade em compreender/escolher a cota.

Dificuldade em saber qual o conteúdo da prova, os critérios de classificação e pontuação.

Dificuldade para acessar ou compreender os resultados, notas e classificações.

Dificuldade em saber quais as datas de matrícula ou quais documentos deveria apresentar.

Não tive dificuldade.

Outra dificuldade, qual:

4. A partir da visualização e consulta ao Guia de Acesso "Estude no IFRS BG", marque UM dos aspectos abaixo listados.

A LINGUAGEM do Guia facilita a compreensão do estudante sobre as formas de acesso aos cursos, as estratégias de permanência e a qualidade do ensino ofertado no IFRS BG.

O VISUAL do Guia estimula a leitura e a compreensão do estudante sobre as formas de acesso aos cursos, as estratégias de permanência e a qualidade do ensino ofertado no IFRS BG.

O CONTEÚDO do Guia é bem abrangente e apresenta de modo satisfatório as formas de acesso aos cursos, as estratégias de permanência e a qualidade do ensino

ofertado no IFRS BG.

O TAMANHO do Guia é satisfatório e dá conta de explicar sobre as formas de acesso aos cursos, as estratégias de permanência e a qualidade do ensino ofertado no IFRS BG.

O FORMATO do Guia é satisfatório e apresenta plenamente as formas de acesso aos cursos, as estratégias de permanência e a qualidade do ensino ofertado no IFRS BG. NENHUM aspecto.

Outro aspecto, qual:

5. Descreva suas impressões POSITIVAS ao visualizar o Guia de Acesso. O que considera útil e que pode contribuir na orientação do estudante que deseja ingressar no IFRS BG.

6. Descreva suas impressões NEGATIVAS ao visualizar o Guia de Acesso. O que considera inadequado, que deveria ser alterado, ou ainda sugestões de outros conteúdos.

APÊNDICE 6 – Questionário de Avaliação

Questionário de avaliação

Objetivo: Avaliar a proposta de Guia de Acesso.

Sujeitos: 40 (quarenta) estudantes que ingressaram no IFRS *campus* Bento Gonçalves e realizaram o processo seletivo 2019/1, sendo um aprovado e outro reprovado em cada curso e modalidade de seleção.

1 Estética e visual do Guia

Quanto ao aspecto estético, a aparência e o visual do Guia, marque na escala abaixo a sua opinião:

Excelente

Satisfatório

Regular

Insatisfatório

2 Tamanho e capítulos do Guia

Quanto ao tamanho e a distribuição de capítulos do Guia, marque na escala abaixo a

sua opinião:

Excelente

Satisfatório

Regular

Insatisfatório

3 Linguagem apresentada no Guia

Quanto a objetividade e clareza da linguagem do Guia do Acesso, marque na escala abaixo a sua opinião:

Excelente

Satisfatório

Regular

Insatisfatório

4 Conteúdo apresentado no Guia

Se o conteúdo do Guia de Acesso abordou os temas principais referentes ao acesso no IFRS *campus* Bento Gonçalves, marque na escala abaixo a sua opinião:

Excelente

Satisfatório

Regular

Insatisfatório

5 Aspecto didático apresentado no Guia

Se o Guia de Acesso apresentou o conteúdo de forma didática, facilitando a compreensão e o entendimento, marque na escala abaixo a sua opinião:

Excelente

Satisfatório

Regular

Insatisfatório

6 Opinião descritiva

Caso desejar, deixe algum comentário (crítica ou sugestão) a respeito do Guia de Acesso:

Anexo 1 – Autorização Institucional

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, **Thiago Sávio Carbone**, Diretor-Geral em Exercício do IFRS Campus Bento Gonçalves, autorizo a realização da pesquisa intitulada “**Guia de Acesso ao IFRS Campus Bento Gonçalves: estratégia didática de orientação aos estudantes candidatos ao Processo Seletivo de Ingresso Discente**”, a ser conduzido pelo pesquisador abaixo relacionado. Fui informado pelo responsável do estudo sobre objetivos, metodologia, riscos e benefícios aos participantes da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Foi assegurado pelo pesquisador responsável que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, que trata da Pesquisa envolvendo seres humanos e que serão utilizados tão somente para a realização deste estudo.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Serão disponibilizados, ao pesquisador acesso ao contato dos estudantes matriculados na instituição, acesso aos dados dos candidatos que realizaram processo seletivo de ingresso discente e acesso aos dados sobre estudantes matriculados e evadidos da instituição no último ano.

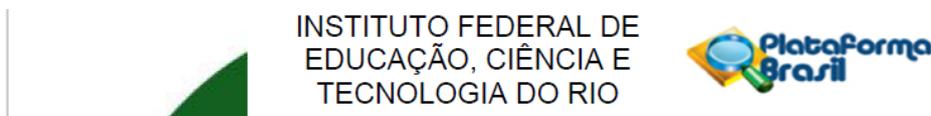
Bento Gonçalves, _____ 04 _____ de 01 de 18.


Assinatura e carimbo do responsável institucional

Cargo que ocupa na instituição

Thiago Sávio Carbone
Diretor de Desenvolvimento Institucional
IFRS - Campus Bento Gonçalves
Portaria nº 325/2016

Anexo 2 – Parecer do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Guia de Acesso ao IFRS Campus Bento Gonçalves: estratégia didática de orientação aos estudantes candidatos ao Processo Seletivo de Ingresso Discente

Pesquisador: TIAGO FELIPE AMBROSINI

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 82376818.5.0000.8024

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.650.735

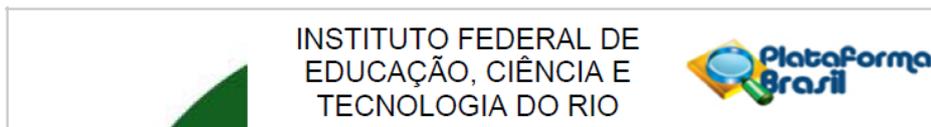
Apresentação do Projeto:

Na perspectiva do estudo em questão, parte-se da problematização do processo seletivo, no que diz respeito às estratégias que podem ser utilizadas na divulgação e orientação de como se constitui o processo de ingresso discente. Orientação essa que é necessária aos estudantes candidatos às vagas ofertadas pelo IFRS. Diversos fatores apontam a pertinência de uma orientação mais didática e elaborada, como: a complexidade do processo seletivo, com suas múltiplas formas de seleção; a quantidade extensa de regras e normas que norteiam o exame; o perfil dos estudantes jovens que se identificam mais com as formas digitais de aprendizagem; o alto número de desistência no transcurso do processo seletivo, além da elevada quantidade de erros de inscrição, que acabam prejudicando o candidato na escolha do curso e da modalidade de seleção.

Diante desse contexto, a questão a ser investigada na presente pesquisa é: considerando a forma como é estruturado o Processo de Ingresso

Discente no IFRS, na perspectiva das políticas públicas de ampliação e democratização do acesso ao ensino público federal brasileiro, como melhorar a orientação aos estudantes interessados em participar do processo seletivo no IFRS Campus Bento Gonçalves a partir da criação de um

Endereço: Rua General Osório, 348
 Bairro: CENTRO CEP: 95.700-086
 UF: RS Município: BENTO GONCALVES
 Telefone: (54)3449-3340 E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br



Continuação do Parecer: 2.650.735

Guia de Acesso? De que forma um Guia de Acesso poderia melhorar a execução do processo seletivo no IFRS?

Objetivo da Pesquisa:

Ok

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Ok

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Ok

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

OK

Recomendações:

Ok

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram encontrados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Considerações Finais a critério do CEP:

Não foram encontrados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1060471.pdf	07/05/2018 09:12:24		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_institucional_Campus_BentoGoncalves.pdf	07/05/2018 09:10:53	TIAGO FELIPE AMBROSINI	Aceito
Outros	Resposta_PARECER_CONSUBSTANCIADO.pdf	07/05/2018 09:09:35	TIAGO FELIPE AMBROSINI	Aceito
Projeto Detalhado	Projeto_Tiago_Ambrosini_maio2018.	07/05/2018	TIAGO FELIPE	Aceito

Endereço: Rua General Osório, 348
 Bairro: CENTRO CEP: 95.700-086
 UF: RS Município: BENTO GONCALVES
 Telefone: (54)3449-3340 E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Continuação do Parecer: 2.650.735

/ Brochura Investigador	pdf	09:06:05	AMBROSINI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_assentimento_livre_e_esclarecido.docx	23/04/2018 15:37:22	TIAGO FELIPE AMBROSINI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_pais.docx	23/04/2018 15:36:42	TIAGO FELIPE AMBROSINI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.docx	23/04/2018 15:36:24	TIAGO FELIPE AMBROSINI	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Pesquisa_Tiago_Ambrosini.PDF	21/04/2018 15:08:27	TIAGO FELIPE AMBROSINI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BENTO GONCALVES, 11 de Maio de 2018

Assinado por:
Bianca Smith Pilla
(Coordenador)

Anexo 3 –TALE, TCLE (pais), TCLE

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar do projeto de pesquisa intitulado: “Guia de Acesso ao IFRS *campus* Bento Gonçalves: estratégia didática de orientação aos estudantes candidatos ao Processo Seletivo de Ingresso Discente”. Seus pais/responsáveis permitiram que você participe. Este projeto está vinculado ao Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional, do IFRS *campus* Porto Alegre.

Nessa pesquisa pretendemos, como objetivo geral, desenvolver um produto educacional, na forma de um Guia de Acesso, visando à melhoria do processo de ingresso discente, de modo a orientar os estudantes sobre a natureza do processo seletivo realizado na instituição. Para isso, serão objetivos específicos da pesquisa:

- Construir uma base teórica sobre o acesso ao ensino público na perspectiva da democratização e da igualdade social;
- Relacionar os documentos oficiais do IFRS juntamente com a legislação pertinente ao tema, a fim de esboçar a visão institucional do processo de ingresso discente;
- Compreender as formas e estruturas do processo de ingresso discente do IFRS em todas as suas fases, etapas e regramentos;
- Contribuir, com o Guia de Acesso, para a melhoria da permanência dos estudantes na instituição, através de uma orientação qualificada na escolha do curso pretendido.
- Identificar as dificuldades e as incompreensões dos estudantes referente ao processo seletivo de forma a orientar a construção do Guia de Acesso;
- Levantar as principais contribuições dos servidores envolvidos no processo seletivo quanto ao conteúdo e forma de apresentação do Guia de Acesso;
- Construir o Guia de Acesso privilegiando, na medida do possível, um formato digital e interativo, a ser disponibilizado na internet;
- Testar o Guia de Acesso numa versão preliminar;
- Aperfeiçoar o produto educacional.

Sua participação é voluntária e se quiser desistir, em qualquer momento, não

terá nenhum problema. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.

A pesquisa será feita no IFRS *campus* Bento Gonçalves através da realização de entrevista qualitativa com perguntas norteadoras e do preenchimento de questionário. Para isso, será utilizado o diálogo com as pessoas a serem entrevistadas e questionários a serem preenchidos de forma eletrônica. O tratamento e a interpretação dos dados coletados ajudarão na construção do produto educacional a ser desenvolvido, sendo sistematizados, ao término da pesquisa, no relatório final.

Considerando que é voluntária vossa participação; que não haverá divulgação dos nomes dos envolvidos; que não haverá qualquer tipo de constrangimento; que não se realizará nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam no estudo; tendo em vista esses aspectos, estou ciente que a minha participação nessa pesquisa apresente risco mínimo. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Como benefícios, a sua participação ajudará na construção de um produto educacional que estará orientando futuros estudantes que desejam ingressar no IFRS *campus* Bento Gonçalves, através do Processo Seletivo de Ingresso Discente.

Você não será identificado nem pelo seu nome, nem pelo uso de dados ou materiais que possam identificar sua participação no estudo. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, porém mantendo o anonimato.

Ao término da pesquisa, os resultados poderão ser apresentados na disciplina do Programa de Pós Graduação, congressos e eventos científicos, em publicações e no relatório final do mestrado, porém sem identificação de nomes e identidades dos participantes.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos.

Este termo de assentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Se tiver alguma dúvida ou necessitar esclarecimento, pode entrar em contato com os pesquisadores através dos telefones ou e-mails disponibilizados abaixo.

Eu _____, portador do documento de identidade _____, aceito participar da pesquisa intitulada: “**Guia de Acesso ao IFRS *campus* Bento Gonçalves: estratégia didática de orientação aos estudantes candidatos ao Processo Seletivo de Ingresso Discente**”. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi a informação de que a qualquer momento poderei desistir de participar do estudo, e o meu responsável poderá modificar a decisão de permitir minha participação, se assim o desejar. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisador(a) principal: Tiago Felipe Ambrosini

Documento de Identidade: 7076887012

Telefone para contato: (54) 984422882

E-mail para contato: tiago.ambrosini@bento.ifrs.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(para pais e/ou responsáveis)

Prezado (a) Senhor (a)

Seu REPRESENTADO (A) está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: “Guia de Acesso ao IFRS *campus* Bento Gonçalves: estratégia didática de orientação aos estudantes candidatos ao Processo Seletivo de Ingresso Discente”. Este projeto está vinculado ao Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional, do IFRS *campus* Porto Alegre.

Nessa pesquisa pretendemos, como objetivo geral, desenvolver um produto educacional, na forma de um Guia de Acesso, visando à melhoria do processo de ingresso discente, de modo a orientar os estudantes sobre a natureza do processo seletivo realizado na instituição. Para isso, serão objetivos específicos da pesquisa:

- Construir uma base teórica sobre o acesso ao ensino público na perspectiva da democratização e da igualdade social;
- Relacionar os documentos oficiais do IFRS juntamente com a legislação pertinente ao tema, a fim de esboçar a visão institucional do processo de ingresso discente;
- Compreender as formas e estruturas do processo de ingresso discente do IFRS em todas as suas fases, etapas e regramentos;
- Contribuir, com o Guia de Acesso, para a melhoria da permanência dos estudantes na instituição, através de uma orientação qualificada na escolha do curso pretendido.
- Identificar as dificuldades e as incompreensões dos estudantes referente ao processo seletivo de forma a orientar a construção do Guia de Acesso;
- Levantar as principais contribuições dos servidores envolvidos no processo seletivo quanto ao conteúdo e forma de apresentação do Guia de Acesso;
- Construir o Guia de Acesso privilegiando, na medida do possível, um formato digital e interativo, a ser disponibilizado na internet;
- Testar o Guia de Acesso numa versão preliminar;
- Aperfeiçoar o produto educacional.

A pesquisa será feita no IFRS *campus* Bento Gonçalves através da realização de entrevista qualitativa com perguntas norteadoras e do preenchimento de questionário. Para isso, será utilizado o diálogo com as pessoas a serem entrevistadas e questionários a serem preenchidos de forma eletrônica. O tratamento e a interpretação dos dados coletados ajudarão na construção do produto educacional a ser desenvolvido, sendo sistematizados, ao término da pesquisa, no relatório final.

Considerando que é voluntária a participação do seu representado (a); que não haverá divulgação dos nomes dos envolvidos; que não haverá qualquer tipo de constrangimento; que não se realizará nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam no estudo; tendo em vista esses aspectos, fui alertado (a) que este estudo apresenta risco mínimo para meu representado (a). Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Foi destacado que a participação do meu representado(a) no estudo é de extrema importância, uma vez que espera-se a identificação das dificuldades que os estudantes encontram ao realizarem o Processo Seletivo de Ingresso Discente. A partir da coleta dessas informações, será desenvolvido um produto educacional, na forma de um Guia de Acesso, que visa melhorar o processo seletivo realizado no IFRS *campus* Bento Gonçalves.

Estou ciente e foram assegurados os seguintes direitos:

- da liberdade de retirar o consentimento, a qualquer momento, e que meu representado (a) poderá deixar de participar do estudo, sem que isso lhe traga prejuízo de qualquer ordem;

- da segurança de que não será identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à sua privacidade;

- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2016 do Conselho Nacional de Saúde;

- do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em que meu representado (a) continue participando da pesquisa;

- de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada com a participação nesse estudo;

- de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo, coleta de material biológico, ou experimento com seres humanos;

- de que meu representado não responda qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, aceito que meu representado _____ participe da pesquisa intitulada: **“Guia de Acesso ao IFRS *campus* Bento Gonçalves: estratégia didática de orientação aos estudantes candidatos ao Processo Seletivo de Ingresso Discente”**. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local, _____ de _____ de _____.

Assinatura dos pais e/ou responsáveis

Assinatura do (a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisador(a) principal: Tiago Felipe Ambrosini

Telefone para contato: (54) 984422882

E-mail para contato: tiago.ambrosini@bento.ifrs.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Você está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: “Guia de Acesso ao IFRS *campus* Bento Gonçalves: estratégia didática de orientação aos estudantes candidatos ao Processo Seletivo de Ingresso Discente”, Este projeto está vinculado ao Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional, do IFRS *campus* Porto Alegre.

Nessa pesquisa pretendemos, como objetivo geral, desenvolver um produto educacional, na forma de um Guia de Acesso, visando à melhoria do processo de ingresso discente, de modo a orientar os estudantes sobre a natureza do processo seletivo realizado na instituição. Para isso, serão objetivos específicos da pesquisa:

- Construir uma base teórica sobre o acesso ao ensino público na perspectiva da democratização e da igualdade social;
- Relacionar os documentos oficiais do IFRS juntamente com a legislação pertinente ao tema, a fim de esboçar a visão institucional do processo de ingresso discente;
- Compreender as formas e estruturas do processo de ingresso discente do IFRS em todas as suas fases, etapas e regramentos;
- Contribuir, com o Guia de Acesso, para a melhoria da permanência dos estudantes na instituição, através de uma orientação qualificada na escolha do curso pretendido.
- Identificar as dificuldades e as incompreensões dos estudantes referente ao

- processo seletivo de forma a orientar a construção do Guia de Acesso;
- Levantar as principais contribuições dos servidores envolvidos no processo seletivo quanto ao conteúdo e forma de apresentação do Guia de Acesso;
 - Construir o Guia de Acesso privilegiando, na medida do possível, um formato digital e interativo, a ser disponibilizado na internet;
 - Testar o Guia de Acesso numa versão preliminar;
 - Aperfeiçoar o produto educacional.

A pesquisa será feita no IFRS *campus* Bento Gonçalves através da realização de entrevista qualitativa com perguntas norteadoras e do preenchimento de questionário. Para isso, será utilizado o diálogo com as pessoas a serem entrevistadas e questionários a serem preenchidos de forma eletrônica. O tratamento e a interpretação dos dados coletados ajudarão na construção do produto educacional a ser desenvolvido, sendo sistematizados, ao término da pesquisa, no relatório final.

Considerando que a minha participação é voluntária; que não haverá divulgação dos nomes dos envolvidos; que não haverá qualquer tipo de constrangimento; que não se realizará nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam no estudo; tendo em vista esses aspectos, fui alertado (a) que este estudo apresenta risco mínimo. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Foi destacado que a minha participação no estudo é de extrema importância, uma vez que espera-se a identificação das dificuldades que os estudantes encontram ao realizarem o Processo Seletivo de Ingresso Discente. A partir da coleta dessas informações, será desenvolvido um produto educacional, na forma de um Guia de Acesso, que visa melhorar o processo seletivo realizado no IFRS *campus* Bento Gonçalves.

Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos:

- da liberdade de retirar o meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem;
- da segurança de que não serei identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o

término da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2016 do Conselho Nacional de Saúde;

- do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa;

- de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada à minha participação;

- de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo, coleta de material biológico, ou experimento com seres humanos;

- de não responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, aceito participar da pesquisa intitulada: “**Guia de Acesso ao IFRS campus Bento Gonçalves: estratégia didática de orientação aos estudantes candidatos ao Processo Seletivo de Ingresso Discente**”. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP/IFRS**E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br**Endereço:** Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000**Telefone:** (54) 3449-3340**Pesquisador(a) principal:** **Tiago Felipe Ambrosini****Telefone para contato:** (54) 984422882**E-mail para contato:** tiago.ambrosini@bento.ifrs.edu.br

Anexo 4 – Certificado de acessibilidade digital



Avaliação de acessibilidade de produto educacional

Dados da Avaliação:

Artefato avaliado: Guia de Acesso - Estude no IFRS BG

Proponente do artefato: Tiago Felipe Ambrosini

Avaliadores: Anderson Dall Agnol (baixa visão) e Everaldo Carniel (cegueira)

Tecnologias assistivas utilizadas: Leitor de Tela NVDA 2019.1 e Jaws 2018

Leitor do arquivo: Adobe Reader DC

Data da avaliação: 17/06/2019

Avaliação

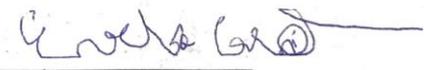
Ao avaliar o documento, foi possível verificar que o elaborador tomou cuidados importantes para garantir um bom nível de acessibilidade ao artefato, tais como:

- O título principal das seções foi marcado com cabeçalhos de nível 1 (h1), possibilitando aos usuários de leitor de tela entender a hierarquia e saltar entre os diferentes partes do documento;
- As imagens do documento foram descritas através do atributo alt, possibilitando que usuários de leitor de tela consigam ter acesso ao seu conteúdo;
- Uso de sumário de hiperlinks (início do documento) e âncoras de retorno ao sumário (nas seções do documento) que facilitam a navegação de usuários pelo teclado;
- Uso de boas relações de contraste ao longo do documento, facilitando a visualização por usuários com baixa visão.

Com base nos cuidados acima tomados, **o documento apresenta uma bom nível de acessibilidade**, uma vez que os usuários conseguem ter acesso a todas as informações disponíveis no arquivo.

Apenas como sugestão futura, fornecer os demais níveis de título (h2 a h6) para organizar o conteúdo interno de cada seção.


Anderson Dall Agnol


Everaldo Carniel